

Pandemia

Bancos liberam crédito de R\$ 3,4 trilhões

Os bancos acumulam R\$ 3,4 trilhões em concessões de crédito entre março - mês que marca o início do isolamento social imposto pela pandemia no Brasil - até dezembro. Entre 16 de março, de 31 de dezembro, o setor renegociou 16,8 milhões de contratos com operações em dia, que têm um saldo devedor total de R\$ 971,5 bilhões. A soma das parcelas suspensas dessas operações, estima a Febraban, totaliza R\$ 146,7 bilhões. Os valores geraram alívio financeiro imediato para empresas e consumidores, que passaram a ter uma carência entre 60 a 180 dias para pagar suas prestações. **PÁGINA 8**

Queda maior do PIB

Mercado eleva previsão de inflação para 3,34%

Os economistas do mercado financeiro alteraram levemente a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2020. No Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo Banco Central, a mediana para o IPCA no ano passado foi de alta de 4,38% para 4,37%. Há um mês, estava em 4,35%. A projeção para o índice em 2021 foi de 3,32% para 3,34%. Quatro semanas atrás, estava em 3,34%. O mercado alterou também levemente suas projeções para o PIB em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia no ano passado passou de retração de 4,36% para queda de 4,37%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 4,41%. **PÁGINA 7**

Câmara

Mourão: candidatos votaram com o governo

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que o governo precisa "trabalhar forte" neste ano para avançar com as pautas no Congresso, além de manter uma "boa conexão" com os parlamentares eleitos para as mesas do Congresso em fevereiro. Na Câmara, o vice-presidente destacou que os principais candidatos, Baleia Rossi (MDB-SP) e Arthur Lira (PP-AL), votaram alinhados com o governo na maioria dos casos. "Eu acho que, em qualquer hipótese (de eleição), o governo tem que ter uma boa conexão, ligação com Câmara e com o Senado no sentido da gente conseguir aprovar aí aquilo que é necessário para o País poder avançar". **PÁGINA 3**

O ministro disse que pretende comprar o imunizante da Johnson & Johnson

Pazuello não consegue definir dia para vacinação

O ministro afirmou que a pasta analisa reduzir o número de doses aplicadas e ampliar o espaçamento entre a primeira e segunda doses necessárias

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, evitou ontem cravar uma data de início para a vacinação contra a covid-19 no País. Segundo o ministro, que tem sido cobrado por governadores e prefeitos do País para a definição de um calendário, a imunização no País irá começar "no dia D e na hora H". O ministro afirmou também que a pasta analisa reduzir o número de doses aplicadas e ampliar o espaçamento entre a primeira e segunda doses ne-

cessárias a fim de garantir a redução da transmissão do novo coronavírus, a despeito da imunidade completa. Segundo Pazuello, a redução de eficácia da vacina desenvolvida pela AstraZeneca e Universidade de Oxford em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) seria de 90% para 71%. O ministro reforçou ainda que o ministério tem "todo o interesse" para que se conclua a análise do pedido de uso emergencial da vacina Coronavac contra o novo coronavírus. **PÁGINA 3**



Fabio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil

Dados complementares

Governo de SP vai apresentar índice de eficácia geral da Coronavac hoje

O governo de São Paulo vai apresentar hoje os dados de eficácia geral da Coronavac, vacina contra o coronavírus desenvolvida pela farmacêutica chinesa SinoVac e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. Na última semana, a gestão João Doria afirmou que o imunizante apresentava

78% de eficácia contra casos leves da doença e 100% contra os quadros graves e moderados. O governador de São Paulo, João Doria, afirmou ontem que foram repassadas todas as informações requeridas pela Anvisa ao Instituto Butantan para liberação do uso da vacina Coronavac. **PÁGINA 4**

Wilson Dias - Agência Brasil



Autonomia

"Eu não vou engavetar projeto nem pautar projeto que ache correto"

Congresso avalia proposta que reduz poder do governador sobre a polícia

O Congresso se prepara para votar dois projetos de lei orgânica das polícias civil e militar que restringem o poder de governadores sobre braços armados dos Estados e do Distrito Federal. As pro-

postas trazem mudanças na estrutura das polícias, como a criação, na PM, da patente de general, hoje exclusiva das Forças Armadas, e a constituição de um Conselho Nacional de Polícia Civil. **PÁGINA 3**

Fim do auxílio emergencial pode levar até 3,4 milhões para extrema pobreza

Com o fim do auxílio emergencial no ano passado, e se nada for colocado no lugar para amparar os mais vulneráveis, até 3,4 milhões de brasileiros a mais podem cair na extrema pobreza - sobrevivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (algo como R\$ 10), a linha de corte definida pelo Ban-

co Mundial. De acordo com uma pesquisa do especialista em política social Vinícius Botelho, publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com isso, a pobreza extrema neste ano pode ser maior do que a verificada no País antes da covid-19. **PÁGINA 8**

Mercado de ações

Ex-presidente da Bovespa morre aos 78 anos em decorrência da covid-19

Mesmo nos últimos anos afastado do dia a dia de mercado financeiro, Raymundo Magliano Filho não deixava de saber como estava a Bolsa. Acompanhava sempre de perto as notícias e não recusava uma conversa para contar sobre os dias em que o pregão da bolsa paulista estava cheio de operadores espremidos para fazerem seus negócios. Magliano filho, de 78 anos, faleceu às 6h30 de ontem. Ele lutava contra a covid-19 desde novembro. Comandante da Bovespa entre 2001 a 2008, Magliano lutou para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. **PÁGINA 7**

Corte de custos

O banco prevê adaptações na rede de atendimento em 361 municípios



Marcelo Camargo - ABR

BB lança dois programas de desligamento

PÁGINA 8

IBOVESPA: 123.255,13 ↓ 1,46%

Maiores Altas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
INTERMEDICA ON NM	101.45	+11.00%	+10.05
HAPVIDA ON EJ NM	18.20	+8.46%	+1.42
PETRORIO ON NM	77.85	+4.57%	+3.40
BRASKEM PNA N1	25.10	+1.66%	+0.41
USIMINAS PNA N1	16.71	+1.21%	+0.20

Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
COPEL PNB EJ N1	69.31	-5.47%	-4.01
YDUQS PART ON NM	32.59	-5.12%	-1.76
ENERGISA UNT N2	47.02	-4.88%	-2.41
IRBRASIL REON NM	7.62	-4.75%	-0.38
SABESP ON NM	41.55	-4.75%	-2.07

Mais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	101.98	-0.02%	-0.02
PETROBRAS PN N2	30.86	-0.84%	-0.26
INTERMEDICA ON NM	101.45	+11.00%	+10.05
B3 ON EDJ NM	60.11	-4.12%	-2.58
PETRORIO ON NM	77.85	+4.57%	+3.40

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.008,69	-0,29%
S&P 500	3.799,61	-0,66%
NASDAQ	13.036,43	-1,25%
DAX 30	13.936,66	-0,80%
FTSE 100	6.798,48	-1,09%
IBEX 35	8.357,50	-0,60%

DÓLAR COMERCIAL			
COMPRA	VENDA		
5,5031	5,5036	↑ 1,61%	

DÓLAR PTAX			
COMPRA	VENDA		
5,4960	5,4966	↑ 2,39%	

EURO			
COMPRA	VENDA		
6,6771	6,6795	↑ 1,50%	

LIBRA			
COMPRA	VENDA		
7,4108	7,4138	↑ 1,61%	

OURO	
BM&FBovespa/grama	Comex NY/onça
R\$ 326,04	US\$ 1.843,80

PANDEMIA

Departamento de Trânsito do DF registra queda de mortes em vias públicas

Com redução de quase 50%, DF ultrapassou a meta de diminuição de óbitos determinada pela ONU

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DF) registrou, em 2020, uma redução de 45% no número de mortes nas vias administradas pela autarquia, contabilizando 53 vítimas contra 96 em 2019. Um levantamento preliminar elaborado pela Gerência de Estatística mostrou também redução de 35% no número total de óbitos ocorridos em todo o DF – considerando as vias urbanas, as rodovias distritais e as federais: de 274, em 2019, para 177 vidas perdidas em 2020.

Com esses indicativos, o DF ultrapassou a meta de redução de 50% de mortes em acidentes de trânsito determinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Década de Segurança Viária (2011 a 2020). Como em 2010 foram registradas 461 mortes nas vias do DF, para atingir o objetivo proposto pela ONU, seria necessário reduzir o número de óbitos a um patamar de 230 – e o DF registrou 177 óbitos em 2020, registrando uma redução de 61% em relação à década anterior.

“Enquanto o mundo estava limitado pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, o Detran não se furtou de sua missão institucional e manteve as ações de fiscalização, engenharia e educação de trânsito de forma ininterrupta”, des-



Agência Brasília
Diretoria de Engenharia trabalha na sinalização de faixas para pedestres

taca o diretor-adjunto da autarquia, Gustavo Amaral. “Aproveitamos o momento de crise para nos reinventar e atuar de maneira inovadora, tanto de forma isolada quanto em ações conjuntas com as demais forças de segurança, a fim de preservar vidas”. O gestor lembra que a ONU já estabeleceu nova redução de 50% para a próxima década (2021-2030) e que o Detran vai continuar trabalhando com esse objetivo.

A fiscalização segue intensa, apesar de o fluxo de veículos ter diminuído durante o início da quarentena – 19,2% menor em março, 42,1% em abril, 41,3% em maio e 32,2% em junho. Mesmo com 44% de redução no

número de blitzes, em cumprimento às restrições sanitárias, os agentes adotaram estratégias diferentes de fiscalização. Ainda assim, as equipes executaram um total de 527 blitzes e recolheram ao depósito 9.952 veículos flagrados em situação de irregularidade de trânsito.

“Durante o ano de 2020, inovamos na forma de atuar, trocando as blitzes tradicionais por patrulhamentos em locais previamente analisados e operações com foco específico em alguns públicos, como os motociclistas, por exemplo”, explica o diretor de Policiamento e Fiscalização do Detran, Lúcio Lahm. “Esse policiamento ostensivo inibe a prática de

infrações que colocam em risco a segurança do tráfego de veículos e pessoas, aumentando a segurança da população e preservando vidas”, observa.

Como resultado desse trabalho, o número de autuações por alcoolemia foi 18% maior que em 2019, passando de 13.680 para 16.112 em 2020. A quantidade de condutores não habilitados flagrados nas vias do DF também foi maior, registrando um aumento de 3% em relação a 2019: de 13.245 para 13.675 em 2020.

Outras infrações apresentaram redução nos flagrantes, mas continuaram com números altos: deixar de usar o cinto de segurança (63.866) e usar o celular enquanto dirige (58.998). Em 2019, 72.243 condutores tinham sido autuados pelo Detran pela falta do cinto de segurança e 42.680 pelo uso do celular ao volante.

As equipes de educação também estiveram nas ruas durante todo o ano, mesmo com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Em maio, por recomendação do Denatran, o conjunto de ações de conscientização em prol da segurança do trânsito, conhecido como Maio Amarelo, foi realizado de forma digital em todos os estados.

No DF, além de uma série de animações veiculadas nas mídias sociais da autarquia,

com informações sobre a importância de pedestres, ciclistas, motociclistas e condutores perceberem o risco e protegerem a vida, as equipes de educação de trânsito empreenderam 35 ações educativas com identificação visual e bonecos, em pontos estratégicos das cidades, para levar as mensagens de conscientização à população.

“O momento de distanciamento social vivido em 2020 nos trouxe a percepção das mídias sociais como complemento das ações educativas presenciais”, ressalta o diretor de Educação e Trânsito do Detran, Marcelo Granja. “Criamos um podcast no Spotify do Detran, onde toda sexta-feira um profissional da Educação de Trânsito falava sobre temas de relevância para a segurança de pedestres, ciclistas, motociclistas e outros condutores. Vimos que a quantidade de pessoas impactadas de forma direta e indireta pelos canais digitais é imensurável, e vamos continuar com este trabalho em 2021.”

No total, a Diretoria de Educação de Trânsito registrou 281 ações educativas, atendendo diretamente 148.933 pessoas, fora as campanhas de mídia veiculadas em rádio, jornal, revistas, televisão e internet. Mesmo com as aulas suspensas por quatro meses, a Escola Pública de Trânsito ofertou 264 cursos e capacitou 4.137 pes-

soas de forma presencial. Como forma de discutir com a população comportamentos seguros no trânsito, a Diretoria de Educação realizou ainda palestras virtuais e lives pelas redes sociais do Detran, com a participação de servidores e especialistas convidados.

Outro setor que não parou em 2020, mesmo com o isolamento social, foi a Diretoria de Engenharia, que sinalizou 2.549 faixas de pedestres, 48.230 vagas de estacionamento, 804 vagas para idoso, 707 vagas para portador de deficiência, instalou 3.905 placas de sinalização e efetuou a pintura de 92.806m² de faixas de bordo, retenção, aproximação e traçado nas vias urbanas do DF.

“Ainda mantivemos, diuturnamente, inclusive durante a pandemia, o serviço de manutenção semaforica nos 471 cruzamentos do DF, atendendo chamados da população, e aproveitamos esse período para planejar e municiar a autarquia de meios para solucionar problemas antigos de baixa visibilidade da sinalização no período da seca”, esclarece o diretor de Engenharia de Trânsito da autarquia, Pedro Paulo Barbosa. Segundo ele, o Detran já está com uma empresa contratada para atuar, este ano, na lavagem das faixas de pedestre de todo o Distrito Federal, conferindo maior segurança viária.

REABERTOS DEZ LEITOS DE UTI

Hran retoma cirurgias eletivas para diminuir a fila de espera

O Hospital Regional da Asa Norte (Hran) reabriu, ontem, o centro cirúrgico para cirurgias eletivas, que estava fechado desde março de 2020. Assim, a unidade de saúde começará a diminuir a fila de espera de pacientes que aguardam para operações não emergenciais na rede pública. Além disso, o Governo do Distrito Federal (GDF) entregou 20 leitos no hospital, sendo dez de UTI e dez da enfermagem cirúrgica.

A expectativa do governo é que, com a reabertura do centro cirúrgico, as filas de pessoas que esperam por uma cirurgia eletiva comecem a diminuir. Há cerca de 2,5 mil pacientes vasculares e outros 5 mil à espera de cirurgias no Hran. São consideradas cirurgias eletivas aquelas que podem ser postergadas por até um ano sem causar grandes problemas ao paciente.

“Elas serão reativadas aos poucos, mas precisamos operar esses pacientes que já estão regulados e esperando na fila. Este é o início da reestruturação de todo o hospital”, destaca o superintendente da Região Central de Saúde – que coordena todos os centros de saúde das asas Sul e Norte, mais Lago Norte e Varjão –, Luciano Gomes.

Desde outubro do ano passado, dez leitos da Unidade de

Terapia Intensiva (UTI) não específicos para Covid-19 estavam fechados no Hran. Além disso, dez leitos da enfermagem cirúrgica – para onde os pacientes vão após serem operados – também estavam bloqueados desde novembro. Foram reabertos os leitos ontem.

“Eles vão garantir que as cirurgias eletivas sejam retomadas”, explica o governador em exercício, Paco Britto. “Esta é a primeira fase da reestruturação da saúde. Nos próximos 15 dias, será entregue também o Hospital da Ceilândia”. Segundo Paco, o GDF já convocou novos profissionais para a área da saúde e, ainda nesta semana, mais profissionais serão contratados – cerca de 100 imediatamente e outros 50 para cadastro reserva.

A diferença entre leitos que atendem pacientes da Covid-19 e os leitos comuns de UTIs é a presença ou não de respirador e aparelho para hemodiálise. De acordo com Paco, caso haja necessidade, leitos comuns podem ser transformados para atender pessoas infectadas pelo coronavírus.

“Ainda temos leitos disponíveis, não apenas no Hran, mas em outros hospitais do DF que estão preparados para o atendimento desses pacientes”, afirma

o governador em exercício. “Estamos acompanhando o número de casos e precisamos que a população se conscientize, que entenda que esse vírus é sério, que as vacinas ainda estão por vir.”

O DF, que passava por um período de estabilidade em relação à doença, entrou na fase de alta de casos. O aumento da procura por atendimento hospitalar já foi registrado na Hran, segundo o superintendente da Região Central.

O secretário de Saúde, Osnei Okumoto, lembra que, embora a capital federal esteja com número inferior a 1 na taxa de transmissão da Covid-19 – 0,89, o que significa que cada 100 pessoas infectadas podem transmitir a doença para outras 89 pessoas –, esse número já foi de 0,74. “Temos acompanhado tudo com muita atenção, juntamente com o Ministério da Saúde”, assegura. Ele reforça a informação de que a rede está preparada para transformar leitos que possam atender pacientes acometidos pelo coronavírus.

A vacinação, informa o secretário, também está garantida. “Estamos muito tranquilos e preparados e vamos fazer a vacinação com muita tranquilidade; a população não precisa se preocupar”, ressalta.

SERVIÇOS DE PINTURA

Pdaf investe em reformas de escolas de Brazlândia

Quando os 20 mil estudantes de Brazlândia retornarem às aulas, vão encontrar escolas de cara nova. Nos últimos meses, os 32 colégios da cidade passaram por algum tipo de reforma, desde o piso até o teto. O investimento foi de cerca de R\$ 10 milhões, oriundos do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (Pdaf) e emendas parlamentares. Além de garantir o conforto e segurança de alunos e professores, também gerou centenas de oportunidades de emprego.

Entre os serviços feitos estão pintura, manutenção de banheiros, piso, calçada, telhado, alambrado; revitalização de parquinho; instalação de grama sintética e ar condicionado; construção de estacionamento, entre outros. O coordenador da Regional de Ensino de Brazlândia, Humberto José Lopes, lembra que as unidades educacionais não passavam por intervenção intensa há anos.

“Eram estruturas muito antigas, com diversos problemas. Quando chovia, algumas escolas ficavam alagadas,

cheias de lama. Na época da seca, a poeira tomava conta dos colégios”, comenta. “O governador Ibaneis Rocha tem sido muito parceiro da educação, juntamente com o secretário da área Leandro Cruz e os deputados distritais, viabilizando recursos para solucionar problemas crônicos que nós enfrentávamos”, ressalta o coordenador.

Um exemplo de reforma é a Escola Classe Bucanhão. O colégio que comporta 160 crianças da área rural ganhou pintura completa, troca de forro e fiação elétrica, parquinho com cobertura, grama sintética e brinquedos, além da aquisição de gás industrial e a construção de um poço artesiano. “Eríamos abastecidos com carro pipa, o que atrapalhava o dia a dia da escola. Muitas vezes comprávamos água para que as atividades não fossem paradas. Agora não teremos mais esse problema”, comemora o diretor da unidade Ronaldo Bontempo.

Com cerca de 200 estudantes, o Centro de Ensino Fundamental Inca 07 também recebeu uma série de

serviços. O piso foi totalmente refeito, os alambrados reformados, as lâmpadas amarelas – de vapor de sódio – foram substituídas pelas de LED e uma fossa ecológica foi construída. “Quando os pais e alunos vêm buscar as atividades ficam encantados”, conta a diretora do local Cristine Milane. “A escola rural também tem uma função social. Aqui é onde eles têm a oportunidade de conhecer um teatro, cinema, shopping. Por isso, é um espaço muito importante para eles”, reforça.

Em 2020, a Secretaria de Educação liberou mais de R\$ 135,4 milhões pelo Pdaf, de recursos próprios ou por meio de emendas parlamentares, para 13 regionais de ensino. Em novembro do ano passado, foram liberados R\$ 2,4 milhões, sendo R\$ 935 por despesas de capital – utilizadas para a compra de materiais permanentes, como computadores e impressoras – e R\$ 1,5 milhões para as de custeio – despesas para pequenos reparos, como pintura e conserto de telhados e pisos.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Henrique Ozelin • henrique.ozelin@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: Flávio Passos • flavio@diariocomercial.com.br – Raquel Passos • raquel@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Cláudia Vicente • claudia.vicente@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

CALENDÁRIO

Pazuello não determina data para iniciar vacinação contra a Covid-19

Ministério da Saúde analisa reduzir o número de doses priorizando queda na transmissão

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, evitou ontem cravar uma data de início para a vacinação contra a covid-19 no País. Segundo o ministro, que tem sido cobrado por governadores e prefeitos do País para a definição de um calendário, a imunização no País irá começar “no dia D e na hora H”.

Neste fim de semana, governadores do País manifestaram urgência para a definição de um calendário de vacinação contra a covid-19. O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), e coordenador da articulação do Fórum Nacional dos Governadores sobre a Covid-19 disse estar “esperançoso” de que o País terá uma agenda para iniciar “a vacinação nas 27 Unidades da Federação, dependendo da liberação da Anvisa, de 22 a 27 de janeiro”. Os chefes dos Executivos estaduais têm uma reunião prevista com Pazuello hoje.

O ministro afirmou também que a pasta analisa reduzir o número de doses aplicadas e ampliar o espaçamento entre a primeira e segunda doses necessárias a fim de garantir a redução da transmissão do novo coronavírus, a despeito da imunidade completa. Segundo Pazuello, a redução de eficácia da vacina desenvolvida pela AstraZeneca e Universidade de Oxford em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) seria de 90% para 71%.

O ministro reforçou ainda que o ministério tem “todo o interesse” para que se conclua a análise do pedido de uso emergencial da vacina Coronavac contra o novo coronavírus. Segundo o ministro, a principal dificuldade encontrada pela Agência Nacional de Vigilância Sani-

tária (Anvisa) para a certificação de uso emergencial das doses importadas da Coronavac - vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a chinesa Sinovac - está na falta, no país de origem, de certificação do uso pelas autoridades sanitárias chinesas.

Pazuello garantiu que as conversas entre o ministério e o Instituto Butantan são estritamente “técnicas” e disse que não entra no “outro assunto”, da disputa política entre o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), e o presidente Jair Bolsonaro. O ministro reforçou que todas as doses produzidas pelo instituto irão para o Ministério da Saúde.

O ministro afirmou, durante apresentação do Plano Estratégico de Enfrentamento à Covid-19 no Amazonas, que a agência reguladora tem tido dificuldades em receber do Butantan toda a documentação pronta. Na última semana, a Anvisa cobrou do instituto informações complementares para a liberação do uso do imunizante. Segundo disse o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), as informações foram repassadas pelo Butantan durante o fim de semana.

Sobre a aquisição de outras vacinas, o ministro disse que pretende comprar o imunizante da Johnson & Johnson e afirmou estar negociando a compra de doses da vacina russa Sputnik e de doses da AstraZeneca produzidas na Índia. Contudo, o ministro ressaltou ser “pífia” a quantidade disponível no mercado dos imunizantes produzidos fora do Brasil.

Pazuello reconheceu que há falta de equipamentos e leitos de UTI na capital amazônica. Durante apresentação do Plano Estratégico de Enfrentamento

à Covid-19, o ministro também abordou o aumento de casos da covid-19 em Manaus e a sobrecarga do sistema de saúde. Em um mês, o número de sepultamentos na cidade triplicou.

Ele defendeu que é necessário reforçar o trabalho das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e reconheceu que a cidade passa por uma crise de falta de equipamentos de oxigênio e de leitos de UTIs. “Faremos o que for possível para ajudar neste sentido”, declarou, sem trazer detalhes.

O prefeito de Manaus defendeu a união de forças de todas as esferas administrativas para combater a pandemia causada pelo coronavírus. “Infelizmente, Manaus é a única capital do País que ainda não possui uma gestão plena em Saúde. Temos que salvar vidas e pensar menos em política, mais gestão e menos política”, frisou.

No domingo, Manaus superou o número de mortes diárias em um único dia com o registro de 144 mortes. Em uma semana, desde o domingo passado, a capital já contabilizou 838 sepultamentos. De acordo com a prefeitura de Manaus, entre as 144 mortes deste domingo, 105 foram nos espaços gerenciados pela Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp). Não houve opção pelo serviço de cremação, assim como também não ocorreu o registro de óbito oriundo de outra cidade. Já nos cemitérios particulares, foram realizados 59 enterros.

O Comando Conjunto Amazônia realizou, no fim de semana, o traslado de 350 cilindros de oxigênio, da cidade de Belém, no Pará, para Manaus, atendendo a pedido em caráter emergencial da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Amazo-

nas. Segundo o Comando Militar da Amazônia (CMA), a carga de 24,5 toneladas suplementa a necessidade do insumo para manter o serviço de saúde em funcionamento, e aumenta o estoque nas unidades de saúde da capital amazônica.

O desembarque da primeira carga ocorreu na noite da última sexta-feira, 8 de janeiro, na Base Aérea de Manaus, Zona Sul da capital amazônica, e foi repassada à empresa “White Martins” que atende à demanda do Estado do Amazonas.

Em seu primeiro dia de trabalho do ano, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que os esforços de imunização contra a covid-19 são uma questão “coletiva” e não individual. Recuperado da doença, Mourão reforçou que tomará o imunizante de acordo com o grupo prioritário em que se encaixa e “sem furar fila”.

“Eu acho que a vacina, ela é para o País como um todo, é uma questão coletiva, não é individual. O indivíduo aqui está subordinado ao coletivo nesse caso”, disse em conversa com jornalistas. A fala vai na direção oposta de declarações do presidente Jair Bolsonaro, que tem minimizado os esforços internacionais de imunização e colocado em dúvida a eficácia das vacinas.

Na semana passada, o chefe do Executivo afirmou que “menos da metade” da população brasileira tomara a vacina, segundo pesquisas dele próprio feitas em suas aparições públicas “na praia, na rua”. O presidente também já negou que tomará a vacina com o argumento de que já teve a doença. Ao contrário de Bolsonaro, Mourão manteve a posição favorável ao imunizante mesmo agora depois de testado positivo

para a covid-19 no fim do ano.

“(Tomarei a vacina) dentro da minha vez. Eu sou grupo 2, de acordo com o planejamento (do governo). Não vou furar a fila, a não ser que seja propagandística”, declarou. O plano nacional prevê uma primeira etapa de vacinação de grupos prioritários, que somam 49,6 milhões de pessoas, como profissionais de saúde e idosos. Pela idade, Mourão, que tem 67 anos, se encaixa na fase dois do plano.

Mourão comentou ainda sobre os estoques de seringas e agulhas, alvo de polêmica na semana passada. “Os Estados têm material para iniciar a imunização e o governo federal pode fazer a aquisição de seringa e agulha e complementar aquilo que for necessário”, disse o vice.

Na última sexta-feira, dia 8, após uma tentativa fracassada de compra, a Saúde informou à indústria nacional que a aquisição administrativa dos estoques dos itens não atinge produtos que já estavam negociados com Estados, municípios e o Distrito Federal. O recuo da pasta ocorreu após o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), impedir que a aquisição travasse as agulhas e seringas compradas pelo governo de São Paulo.

Ontem, o vice-presidente também elogiou a atuação de profissionais de saúde no combate ao novo coronavírus. Ele lamentou as mortes pela doença, que já ultrapassam 203 mil, mas destacou que o País conta com mais de 7,5 milhões de brasileiros recuperados. “O que é a realidade é que a nossa medicina está salvando mais de 97% das pessoas que são contaminadas. Infelizmente tem esse número elevado (de mortes)”, finalizou.

PAUTAS

Mourão diz que governo precisa manter conexão com Congresso

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que o governo precisa “trabalhar forte” neste ano para avançar com as pautas no Congresso, além de manter uma “boa conexão” com os parlamentares eleitos para as mesas do Congresso em fevereiro. Na Câmara, o vice-presidente destacou que os principais candidatos, Baleia Rossi (MDB-SP) e Arthur Lira (PP-AL), votaram alinhados com o governo na maioria dos casos.

“Eu acho que, em qualquer hipótese (de eleição), o governo tem que ter uma boa conexão, ligação com Câmara e com o Senado no sentido da gente conseguir aprovar aí aquilo que é necessário para o País poder avançar”, afirmou. Ele citou que o governo ainda precisa avançar na agenda de reformas e de propostas de emenda à constituição (PEC) que estão paradas, como a Emergencial.

“Nós temos não só aquelas PECs que estão ali desde o começo do ano passado, mas a questão das reformas. Então, nós precisamos trabalhar forte este ano”, ressaltou. Na Câmara, Mourão comentou que a disputa será “apertada” e sugeriu aguardar o desfecho.

O Planalto apoia a eleição do líder do Centrão, Arthur Lira, que rivaliza com Baleia Rossi, candidato do grupo do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Na minha visão, os dois que estão candidatos ali, se você for analisar, mais de 90% dos casos votaram com o governo, os dois”, disse.

Mourão retornou ontem ao expediente normal de trabalho após um período de isolamento depois de testar positivo para a covid-19 no dia 27 de dezembro. Além da aprovação de pautas do governo que estão pendentes no Congresso, Mourão também afirmou que espera um trabalho “mais efetivo” do Conselho Nacional da Amazônia, presidido por ele.

A atuação do colegiado esteve em evidência ao longo de boa parte do ano passado, após os registros recordes de desmatamento e queimadas na região amazônica, em especial no final de 2020. “Espero que a gente consiga ser mais efetivo no nosso trabalho”, declarou Mourão.

O ex-presidente Michel Temer (MDB), três vezes presidente da Câmara dos Deputados, disse também defender o diálogo entre os Poderes e criticou a formatação da disputa para as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado entre um candidato pró-governo e outro não. “O presidente da Câmara não pode ser de situação ou de oposição. Ele tem que cumprir os deveres que a Constituição dá aos deputados”, disse Temer.

Segundo o ex-presidente, esta espécie de enquadramento da disputa entre um candidato de situação e outro de oposição “aflição” os cidadãos. Temer defendeu que a discussão seja feita “da porta para dentro do Congresso”. “Diferentemente do que se alardeia muito hoje - de que, se um (candidato) for eleito, será inteiramente a favor do governo e o outro, se eleito, vai ser contra -, isso não pode acontecer”, avaliou.

O ex-presidente disse também ver como um “fenômeno democrático” o apoio do PT ao candidato do MDB à presidência da Câmara, o deputado Baleia Rossi (SP). O apoio foi alvo de discussão dentro do Partido dos Trabalhadores por conta do apoio de Rossi ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Temer disse também estar percebendo “uma certa mudança de atitude” sobre a aplicação de vacinas contra a covid-19. Segundo o ex-presidente, há a sensação de que é impossível continuar “naquilo que vinha no ano passado” e a recusa de parte da população em receber a vacina deve arrefecer nos próximos dias.

SEGURANÇA

Congresso avalia proposta que reduz poder do governador sobre a polícia

O Congresso se prepara para votar dois projetos de lei orgânica das polícias civil e militar que restringem o poder de governadores sobre braços armados dos Estados e do Distrito Federal. As propostas trazem mudanças na estrutura das polícias, como a criação, na PM, da patente de general, hoje exclusiva das Forças Armadas, e a constituição de um Conselho Nacional de Polícia Civil ligado à União.

O novo modelo é defendido por aliados do governo no momento em que o presidente Jair Bolsonaro endurece o discurso da segurança pública para alavancar sua popularidade na segunda metade do mandato. Os projetos limitam o controle político dos governadores sobre as polícias ao prever mandato de dois anos para os comandantes-gerais e delegados-gerais, e impõem condições para que eles sejam exonerados antes do prazo. No caso da Polícia Militar, a sugestão é para que a nomeação do comandante saia de uma lista tripla indicada pelos oficiais. O texto prevê que a destituição, por iniciativa do governador, seja “justificada e por motivo relevante devidamente comprovado”.

Na Polícia Civil, o delegado-geral poderá ser escolhido diretamente pelo governador entre aqueles de classe mais alta na carreira. A dispensa “fundamentada”, porém, precisa ser ratificada pela Assembleia Legislativa ou Câmara Distrital, em votação por maioria absoluta dos parlamentares.

Esses mecanismos são vis-

tos nas polícias como forma de defesa das corporações contra ingerência e perseguição política. Estudiosos do tema alertam, no entanto, que o excesso de autonomia administrativa e financeira - e até funcional, como proposto para as PMs - pode criar um projeto de poder paralelo. A avaliação é que, dessa forma, os governadores se tornam “reféns” dos comandantes.

O sociólogo Luis Flávio Saporì, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), considera que as propostas estão em “sintonia ideológica” com o governo Bolsonaro. “É um retrocesso o que está para ser votado no Congresso, e a sociedade brasileira não está sabendo. São acordos intramuros. O projeto está muito de acordo com a perspectiva do governo Bolsonaro: há um alinhamento ideológico claro pela maior militarização e maior autonomia das polícias militares em relação ao comando político”, disse Saporì.

Pela proposta, a PM passaria a ter uma estrutura hierárquica equivalente às Forças Armadas. Haveria, assim, três níveis de oficiais-gerais: o mais alto seria o tenente-general, seguido do major-general e do brigadeiro-general. Atualmente, a hierarquia das PMs vai até os oficiais-superiores e a patente no topo é a de coronel.

Uma das organizações consultadas para a elaboração do projeto de lei, a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal (Feneme) argu-

menta que a similaridade deve existir porque os policiais e os bombeiros militares constituem a força auxiliar e reserva do Exército. A legislação das polícias é de 1969 e, de acordo com a Feneme, as leis aprovadas nos Estados - sem uma padronização nacional - acabam desfigurando as polícias por “interesses particulares”.

Apesar da restrição da liberdade de escolha e de demissão sugerida, a entidade alega que os governadores não perdem autonomia sobre a PM, que continua vinculada aos Estados, e que não há no projeto de lei “nenhuma premissa ideológica ou partidária”.

O Palácio do Planalto vem sendo consultado e chegou a dar sugestões para os projetos de lei orgânica desde a gestão do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Questionado sobre o apoio político aos projetos, o atual titular da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, disse que “os pontos de discussão encontram-se sob análise”. O ministério confirmou que foram realizadas reuniões com conselhos nacionais, associações e sindicatos das polícias estaduais para discutir e receber sugestões ao texto.

Na eleição de 2018, Bolsonaro, que é capitão reformado do Exército, encampou o discurso de endurecimento na segurança pública e valorização de policiais, uma plataforma de campanha que também impulsionou a representação da classe no Legislativo.

No ano passado, um motim de PMs no Ceará expôs a poli-

tização latente pró-Bolsonaro entre policiais militares. O movimento grevista ilegal não foi condenado pelo presidente e ocorreu contra um governo de esquerda, de Camilo Santana (PT), que denunciou a “partidarização” nos batalhões.

Em agosto, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da empresa de inteligência digital Decode identificou que 41% dos praças das PMs interagiam em ambientes virtuais bolsonaristas no Facebook e 25% deles ecoavam ideias radicais.

Dos projetos que preveem mudanças nas polícias, o mais adiantado é o das PMs. O relator do projeto é o deputado Capitão Augusto (PL-SP), líder da bancada da bala no Congresso - que reúne cerca de 300 parlamentares - e aliado do governo. Ele ainda não apresentou formalmente o relatório na Câmara.

Havia acordo com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para votá-lo ainda no ano passado, mas a pandemia e as eleições municipais adiaram a pauta. Além disso, falta consenso sobre parte das mudanças previstas, entre elas a padronização nacional de viaturas e uniformes.

Capitão Augusto admite que seu texto ainda deve passar por mudanças. O deputado apontou, por exemplo, a resistência da PM de Minas Gerais em adotar um fardamento padrão e a contrariedade da PM de São Paulo em exigir curso superior para ingresso na corporação.

Em algumas praças, há diferentes critérios de promoção e

TRANSPARÊNCIA

Governo de SP vai apresentar índice de eficácia geral da Coronavac hoje

O mínimo exigido pela Anvisa para autorizar que o imunizante seja aplicado no Brasil é de 50%

O governo de São Paulo vai apresentar na coletiva de imprensa hoje os dados de eficácia geral da Coronavac, vacina contra o coronavírus desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. Na última semana, a gestão João Doria (PSDB) afirmou que o imunizante apresentava 78% de eficácia contra casos leves da doença e 100% contra os quadros graves e moderados.

De acordo com o secretário de Saúde do Estado, Jean Gorinchteyn, os dados sobre eficácia geral da Coronavac estão em posse exclusiva do Butantan e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "As pessoas estão cobrando mais transparência, mas nem eu nem o governador sabemos qual é esse número", afirmou.

Ontem, a Coronavac foi aprovada na Indonésia, onde a taxa de eficácia geral, que leva em consideração todos os casos registrados durante

a fase 3 de testes, ficou em 65,3%. O mínimo exigido pela Anvisa para que o imunizante seja aplicado no Brasil é de 50%. O infectologista Esper Kallas, professor da Faculdade de Medicina da USP e coordenador do centro de pesquisa da Coronavac no Hospital das Clínicas, afirmou que o índice de 78% apresentado pelo governo é apenas um recorte do estudo. A previsão do governo é que a campanha de vacinação no Estado comece no próximo dia 25 de janeiro.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou ontem que foram repassadas durante o fim de semana todas as informações complementares requeridas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao Instituto Butantan para liberação do uso da vacina Coronavac. Segundo Doria, "chama a atenção" o fato que as informações fornecidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entidade ligada ao Ministério da Saúde e ao governo federal,

estavam completas e o relatório de 12 mil páginas do Butantan não.

O governador tucano sustentou que o início da vacinação no Estado de São Paulo está mantido para o dia 25 de janeiro. De acordo com Doria, o prazo de 10 dias para análise pela Anvisa já está em curso.

Ele disse que o Estado irá respeitar o Plano Nacional de Imunização (PNI) caso este atenda o Estado de acordo com critérios técnicos e científicos. Até o momento não há data definida para início da vacinação pelo PNI ou critério de repartição dos imunizantes contra a covid-19 entre os Estados. "A exclusividade é pela vida. São Paulo não assina exclusividade pela morte", afirmou Doria.

As declarações foram dadas em resposta ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que disse ter assinado contrato de fornecimento exclusivo das doses da Coronavac produzidas pelo Instituto Butantan para o Sistema Único de Saúde. O fornecimento é dis-

putado pelo governo estadual que anunciou plano próprio de imunização.

Segundo o governador, a falta de uma data para início da imunização no País se dá porque o governo federal "insiste em amparar uma decisão científica, técnica e de proteção à vida em decisão de ordem política, para favorecer um interesse eleitoral ou ideológico".

Hoje está prevista reunião entre os governadores do País e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, a fim de cobrar do ministro uma data para início do plano nacional de imunização, de preferência, entre 22 e 27 de janeiro, segundo afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que coordena a articulação do Fórum Nacional dos Governadores na covid-19.

Doria disse fazer um apelo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ao Ministério da Saúde e governo federal para que agilizem a análise do pedido de uso emergencial da Coronavac, desen-

volvida pelo Instituto Butantan, e outros imunizantes para conter a perda de vidas no País pelo vírus. "Postergar, adiar e burocratizar para servir a qual interesse?", completou Doria.

Segundo informou o secretário estadual executivo de Saúde em São Paulo, Eduardo Ribeiro, o Estado tem capacidade de distribuir 2 milhões de doses da vacina por semana. De acordo com Ribeiro, os 200 municípios mais populosos do Estado deverão receber remessas da vacina, enquanto que os outros 445 poderão fazer a retirada das doses em centros de distribuição.

O coordenador executivo do Centro de Contingência da Covid-19 no Estado de São Paulo, João Gabbardo, afirmou ontem também que os dados epidemiológicos recentes sobre o avanço do novo coronavírus alertam para uma situação cada vez mais grave e ressaltou a urgência de novas medidas para conter novas internações e mortes.

Segundo o secretário estadual de Saúde, Jean Carlo

Gorinchteyn, na última semana epidemiológica, entre 3 e 9 de janeiro, o Estado registrou alta semanal - registro dos últimos sete dias contra os sete dias anteriores - de 44% em novos casos, 41% em novos óbitos e 10% em internações.

De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), informações consolidadas até o domingo, 10, apontam números ainda maiores de alta semanal de 65,1% em número de novos casos no Estado, 53,4% em novos óbitos e de 20,3% em novas internações.

Na Grande São Paulo, foi registrada alta semana de 51,4% em novos casos, 56,4% em novos óbitos e 22,3% em internações.

Na última sexta-feira, o governo estadual anunciou novas classificações de quarentena em que uma região do Estado, Presidente Prudente, progrediu de fase, da vermelha para a laranja, e outras três, Marília, Registro e Sorocaba, retrocederam, da amarela para a laranja.

FACILIDADE DE CONTÁGIO

Defensoria vai ao STF por prorrogação de saída temporária de presos do semiaberto

A Defensoria Pública de São Paulo entrou com habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para prorrogar a saída temporária de presos do semiaberto no Estado até o controle da pandemia do novo coronavírus. O Núcleo Especializado de Situação Carcerária da instituição paulista recorreu ao STF após o ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça negar pedido semelhante na última terça-feira.

No habeas corpus ao Supremo, a defensoria pede ainda, caso a prorrogação da saída até o fim da pandemia não seja autorizada, que o

retorno dos presos às unidades carcerárias do Estado seja somente no dia 24 de fevereiro de 2021 - totalizando acréscimo de 50 dias à saída temporária.

"A prorrogação da saída temporária, no mínimo por mais 50 dias (20 dias não gozados em 2020 somados aos demais 30 dias referentes a 2021) é de extrema relevância para o resguardo dos direitos à saúde e à vida, tanto da população prisional, cidadãos que devem ter seus direitos fundamentais protegidos (apesar das condições das prisões brasileiras apontarem para o contrário), como para toda a

população em geral", argumentam os defensores Mateus Oliveira Moro, Thiago de Luna Cury e Leonardo Biagioni no habeas corpus.

O pedido se dá em razão de o benefício permitir que os detentos passem até 35 dias por ano com as famílias ou em cursos profissionalizantes, sendo que a prerrogativa ficou suspensa nos primeiros meses da pandemia.

As saídas só voltaram a ser autorizadas em dezembro do ano passado, para recolhimento familiar, e o prazo final para regresso ao sistema prisional foi fixado na última terça-feira, 5 - totalizando apenas

15 dias: dez no ano de 2020 e cinco em 2021. Nessa linha, os defensores pedem que sejam acrescidos os 20 dias não usufruídos no ano passado e considerados os demais 30 dias de 2021.

Ao Supremo, a defensoria pública paulista alegou "evidente inconstitucionalidade e ilegalidade" do ato da Corregedoria Geral de Justiça do Estado que "ignorou o saldo de dias de saída temporária não usufruído pelas pessoas presas em regime semiaberto no ano de 2020".

O habeas corpus ressaltou ainda a facilidade de contágio pelo novo coronavírus

nas penitenciárias, tendo em vista a superlotação das unidades. A Defensoria chamou atenção para questões como a ausência das equipes mínimas de saúde e de ventilação nas celas, o racionamento de água e a falta de produtos básicos de higiene.

Segundo o Núcleo Especializado de Situação Carcerária, a "diminuição, ainda que temporária, da população carcerária é a medida mais efetiva para conter a pandemia dentro e fora das prisões".

"Para que esta ação não seja a 'crônica de uma tragédia anunciada' que acometerá a população prisional e os agen-

tes do sistema penitenciário, se faz urgente permitir que o máximo de pessoas possível sejam colocadas fora dos cárceres dentro do atual contexto", argumentam os defensores.

Dados disponibilizados pela Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP) apontam que, até o dia 30 de dezembro de 2020, foram confirmados 11.434 casos de covid-19 no sistema prisional do Estado, com ao menos 35 óbitos. A Defensoria Pública do Estado fala ainda em subnotificação, destacando que o "alastramento do vírus no sistema prisional paulista é nítido".

Diário Comercial

Todas as publicações legais têm o endereço certo: o Diário Comercial.

Com o melhor custo benefício e atendimento ágil, as matérias legais são lidas pelo público especializado em finanças. Consulte-nos.

- Atas • Avisos • Balanços • Comunicados
- Editais • Fatos Relevantes



SOLO ENCHARCADO

Chuva provoca deslizamentos e deixa Duque de Caxias em estágio de alerta

Defesa Civil do município diz que foram registrados 151 milímetros de chuva em apenas 12 horas

O município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, permanece em estágio de atenção por causa das fortes chuvas que atingiram algumas de suas regiões da cidade no domingo. Ontem, houve mais chuvas e a preocupação é com o solo encharcado.

O superintendente da Defesa Civil da cidade, André Xavier, disse que, em 12 horas, foram registrados 151 milímetros (mm) de chuva, volume considerado muito elevado. Além disso, havia alta na tábua de maré, que deve permanecer neste início de tarde. A combinação dificultou o escoamento da água e provocou alagamentos. A tábua de maré e o volume de chuva muito grande no domingo, em 12 horas, provocaram vários pontos de alagamentos, afirmou.

Segundo Xavier, até ontem, foram anotadas três ocorrências. Duas foram decorrentes de deslizamentos sem vítimas, que atingiram parcialmente

duas casas, nas ruas Sergipe e Ceará, em Santa Cruz da Serra, no terceiro distrito do município. O terceiro atendimento foi para a queda de uma árvore, que impediu o acesso à via de entrada do bairro Santo Antônio, em Xerém, no quarto distrito. Depois de ações da Defesa Civil e do Grupoamento de Operações com Produtos Perigosos do Corpo de Bombeiros de Campos Elísios, a via foi liberada. Não houve registro de vítimas.

“Cada casa teve uma parede derrubada no deslizamento. A Defesa Civil avalia, com a equipe de engenharia, para ver se a estrutura das residências foi abalada. Ainda não posso informar se tem risco de novo deslizamento. A Defesa Civil e a Secretaria de Obras estão lá apoiando as famílias para limpar a área toda”, informou Xavier.

De acordo com Xavier, ontem foram acionadas 17 sirenes em 13 localidades para chamar a atenção dos moradores para os riscos diante da chuva

forte. Ele disse que a população foi orientada a procurar um local seguro e solicitar atendimento pelos telefones 193, do Corpo de Bombeiros, e 199 e 08000-230199, da Defesa Civil.

Em Magé, também na Baixada Fluminense, a chuva forte que começou a cair no domingo à noite deixou muitas ruas alagadas. A água entrou em casas, e os moradores não puderam se deslocar. Ontem foi feita a limpeza das vias, mas houve mais chuva no município.

Ontem, quando se completou dez anos do início da tragédia provocada pelas chuvas que causaram mortes nos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, o governador em exercício, Cláudio Castro, esteve na região serrana para encontros com representantes de associações de moradores e síndicos do Conjunto Habitacional Fazenda Ermitage, construído pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, para abrigar vítimas das chuvas de 2011, em Teresópolis.

Castro fez também o anúncio do Programa Limpa Rio, além de participar do lançamento da pedra fundamental do monumento em homenagem às famílias das vítimas da tragédia no município. À tarde, houve um fórum com prefeitos, secretários estaduais e municipais.

Em Teresópolis, o Limpa Rio, que é um programa emergencial, é realizado de forma permanente para reduzir os riscos de problemas em consequência de fortes chuvas. A intenção é retirar cerca de 34 mil metros cúbicos de sedimentos do Córrego Dantas e dar a destinação ambiental adequada. A expectativa é aplicar R\$ 500 mil nos projetos.

No domingo, Castro esteve em Nova Friburgo, onde o governo estadual investirá cerca de R\$ 220 milhões na recuperação ambiental do município, com serviços de urbanização de margem de rios, desassoreamento e canalização. O governador em exercício destacou a

importância da parceria das prefeituras na conscientização da população para evitar a poluição dos rios. O Limpa Rio faz parte do Plano de Contingência para as Chuvas de Verão, preparado pelo estado.

Também ontem, Cláudio Castro participou de homenagem aos trabalhadores e voluntários que participaram do resgate a vítimas e auxiliaram a população na tragédia de 2011. O governador em exercício visitou obras de encostas no Jardim Califórnia. Lá, 20 pessoas morreram na tragédia. A previsão é que as obras de contenção sejam concluídas até o fim deste ano. O custo estimado é de R\$ 4,4 milhões.

Hoje, no terceiro dia de agenda na região serrana, o governador em exercício estará em Petrópolis, onde participará de uma cerimônia em memória das vítimas das chuvas de 2011. Famílias de agricultores da cidade, que integram o Programa Especial de Fomento

Agropecuário e Tecnológico (Agrofundo), vão receber cheques no total de R\$ 1 milhão. Para estimular o desenvolvimento econômico da região, o governador vai se encontrar com empresários locais. Ele visitará também o Conjunto Habitacional Granja Disco, construído para atender às vítimas da tragédia, onde fará o lançamento da Estação de Tratamento de Esgoto, reservatório de água e acesso viário ao condomínio.

O Plano de Contingência para as Chuvas de Verão 2020/2021, lançado em dezembro, foi elaborado para dar resposta rápida e integrada a emergências causadas por chuvas intensas no estado do Rio. Desde 2011, foram aplicados mais de R\$ 1 bilhão em infraestrutura e obras para a construção de unidades habitacionais e contenção de encostas e drenagem. Pelos números do governo estadual, foram entregues 4.219 imóveis nos municípios mais atingidos pelas chuvas.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 09.266.129/0001-10 - NIRE 33.3.0028477-0

Ata da Reunião do Conselho de Administração. 1. Hora, Data e Local: Às 08h do dia 18/12/2020, na sede social da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Cia."), na R. Francisco de Sá nº 23, Sala 807, Copacabana/RJ.

2. Convocação e Presença: Convocação dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme caput do Art. 12 do Estatuto Social da Cia.. **3. Mesa:** Presidente: Carlos Henrique da Cruz Lima; Secretário: João Pedro Backheuser. **4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** Foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade de votos dos Conselheiros: **4.1.** Nos termos da Cláusula 14 (j) do Estatuto Social da Cia., aprovar a realização, pela FAB. Zona Oeste S.A., (CNPJ nº 14.863.079/0001-99) ("Emissora") de sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, sendo 200.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, no montante total de R\$200.000.000,00, as quais terão prazo de vencimento de 24 meses contados da data de emissão, contarão com juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.B3.com.br) acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa de 2,90% ao ano, base 252 dias úteis, as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta", respectivamente), conforme os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da FAB. Zona Oeste S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ nº 17.343.682/0001-38), representando a comunhão dos Debenturistas, a Cia. e a BRK Ambiental Participações S.A. (CNPJ nº 24.396.489/0001-20), na qualidade de fiadores; **4.2.** Aprovar, a outorga e constituição de garantia fidejussória, prestada na forma de fiança, pela Cia., em caráter irrevogável, irretirável, em garantia do integral e pontual pagamento das obrigações pecuniárias a serem assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão ("Fiança"); **4.3.** Autorizar a Diretoria e/ou procuradores da Cia., conforme o caso, a praticarem todos os necessários relacionados à Emissão, à Oferta e à Fiança, incluindo, mas não se limitando a, (i) celebração de todos os documentos necessários à realização da Emissão, da Fiança e da Oferta e seus respectivos aditamentos, conforme aplicável; (ii) negociação de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis aos documentos da Oferta e seus respectivos aditamentos; e, (iii) realização de registros junto a cartórios de títulos e documentos, juntas comerciais e anotações em livros societários, dentre outros; e **4.4.** Ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Cia., ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução das deliberações descritas acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros. Mesa: Presidente - Sr. Carlos Henrique da Cruz Lima, Secretário - Sr. João Pedro Backheuser. Membros do Conselho de Administração presentes: Carlos Henrique da Cruz Lima, João Pedro Backheuser, Genilson Silva Melo, André de Oliveira Cândia e Geraldo Cabral Rola Neto. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 18/12/2020. Carlos Henrique da Cruz Lima - Presidente da Mesa. Arquivado sob o nº 3992365 e data de 30/12/2020. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

GEBAN RECREIO PRAIA CLUBE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente do Geban Recreio Praia Clube comunica ao público em geral e em face de decisão em reunião de 17 de dezembro de 2020 do Conselho Deliberativo (CODEC) que deliberou a aplicação do que consta do Estatuto Social, que colocara a venda, em licitação pública, Títulos de sócio Proprietário do Geban Recreio Praia Clube, no dia 24/01/2021 às 20 horas na Sede do Clube, na Rua Professor Hermes de Lima 231, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro –RJ. Rio, 08/01/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CNPJ: 29.138.328/0001-50
CONCESSÃO DE LICENÇA

CAXIAS PARQUE AUTO POSTO LTDA – CNPJ: 27.905.921/0001-50, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Abastecimento – SIMMAAA a Averbção da Licença de Operação AVB Nº 021/2020, emitida em 15/12/2020. Esta licença é válida até 04/01/2024. Autoriza a empresa para Comércio Varejista de Combustíveis e GNV para Veículos Automotores, localizada na Rodovia Washington Luiz, nº 1335, Parque Duque, Duque de Caxias/RJ, referente ao processo Nº 50075/2018.

CONCESSÃO DE LICENÇA

POSTO DE GASOLINA PEQUENA CRUZADA LTDA inscrito sob o CNPJ: 09.646.518/0001-71, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do processo Nº 14/201.787/2011, Licença Ambiental Municipal de Operação LMO Nº 002726/2020, com validade de 08/12/2020 a 21/10/2030 para Revenda de Combustíveis Líquidos utilizando SASC, com serviço de Troca de Óleo, na Av. Epitácio Pessoa, Nº 4916 – LAGOA – Rio de Janeiro/RJ.

PORTO REAL HOLDING S.A.
CNPJ/MF 31.466.394/0001-00 - NIRE 33.3.0012021-1

ATA DA AGE: 1. **Data, Horário e Local:** 08/01/2020, às 09hs, na sede social da Cia, situada na Rua Estevam Domingos Pederassi nº 96, lote 100, CEP 27570-000, Nova Colônia, na Cidade de Porto Real, Estado do RJ ("Cia"). 2. **Convocação e Presença:** dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do livro de presença de acionistas. Registramos a presença dos senhores membros do Conselho de Administração: Felipe Ancede Monteiro da Costa, Rodrigo Ancede Monteiro da Costa, Henrique Monteiro Saladini, Rafael Monteiro Saladini, Carlos Alberto de Mello e Souza, por videoconferência, e da Sra. Cristiane Monteiro Saladini Pollastri, sócia da Salmon Empreendimentos e Participações Ltda., bem assim, dos senhores diretores da Companhia: Vinicius Coutinho e Paulo Renato Andrade Costa Silva. 3. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Ancede Monteiro da Costa; Secretário: José Mauro Barbosa. 4. **Deliberações:** (I) Tomadas à unanimidade de votos das acionistas Amoco Participações Ltda. e Salmon Empreendimentos e Participações Ltda., com manifestação contrária do Sr. Rodrigo Ancede Monteiro da Costa, também sócio da Amoco, alegando não ter havido uma reunião prévia deliberativa da Amoco sobre as matérias a serem apreciadas na presente assembleia: 4.1. aprovar a lavratura desta ata na forma sumária como fútil o art. 130, § 1º, da LSA; 4.2. aprovar a permanência dos atuais membros do Conselho de Administração em seus cargos para os quais foram eleitos na AGE de 19/09/2019; 4.3. aprovar a manutenção da remuneração dos membros do Conselho de Administração até novo posicionamento a respeito. (II) Tomadas, em relação ao item 4.4. Contratação de advogado para elaborar escopo de Termo de Confidencialidade, pelos votos das acionistas na seguinte forma: 4.4.1. Amoco Participações Ltda. manifestou-se contrária a contratação de advogado; 4.4.2. A Salmon Empreendimentos e Participações Ltda. recomenda a contratação do advogado e solicita a reavistação do tema na próxima assembleia devido a decisão contrária por parte da Amoco. (III) Tomadas à unanimidade dos votos das acionistas: 4.5. a não aprovação do Plano de Investimento/Orçamento 2020 apresentado, tanto pela sócia Amoco, com manifestação contrária de seu sócio Rodrigo Ancede Monteiro da Costa, quanto pela sócia Salmon, ficando aprovado seja efetuado um maior detalhamento do Plano de Investimentos/Orçamento 2020 para ser apresentado na próxima assembleia. 4.6. aprovar a ratificação dos votos dos Diretores representantes da Cia, na forma constante da AGE em 03/12/2019 da investida Tamr RJ Participações S.A., CNPJ/ME 17.433024/0001-37, bem assim, nas alterações contratuais das investidas: (i) Porto Real Empreendimentos Imobiliários Transportadora Ltda., CNPJ/ME 29.814.175/0001-14 - ACS em 03/12/2019 e (ii) Remon Imobiliária e Agropecuária Ltda., CNPJ/ME 30.709.661/0001-51 - ACS em 03/12/2019; 4.7. autorizar aos Diretores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas. 5. **Encerramento e Lavratura:** Não havendo qualquer outro assunto a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Rodrigo Ancede Monteiro da Costa; Secretário - José Mauro Barbosa. 6. **Acionistas Presentes:** Salmon Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada nos termos do seu Contrato Social, e Amoco Participações Ltda., neste ato representada nos termos do seu Contrato Social. Certidão: Confere com o original lavrado no livro próprio Porto Real, 08/01/2020. José Mauro Barbosa - Secretário da Assembleia. Jucerja Reg 3993844, em 06/01/2021.


SINDIPETRO RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

EDITAL DE CONVOCACÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDIPETRO/RJ

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-primas, Derivados, Petroquímica e afins, Energias de Biomassas e outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro - SINDIPETRO-RJ, no uso da atribuição que lhe outorga o art. 9º, §6º do Estatuto da entidade, CONVOCA os sindicalizados para **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** no dia 14/01/2021, às 17:30 hrs., com o quórum mínimo de 20% dos associados quites em primeira chamada e às **18:00hrs.**, em segunda e última chamada, com qualquer número de associados, a acontecer em ambiente virtual, através do aplicativo ZOOM, em link divulgado no site do Sindipetro-RJ (sindipetro.org.br), tendo em vista a determinação pelo art. 5º, I, do Decreto Estadual 47068, de 15/05/2020, de suspensão de atividades que envolvam aglomeração para deliberar a seguinte pauta: 1. Aprovação da Prorrogação do mandato da direção do Sindipetro-RJ até dia 31/05/2021 e aprovação da posse da nova direção, que será eleita no atual processo eleitoral, entre 15 e 45 dias após o término do referido processo. Alerta-se que, para o exercício do direito ao voto, poderá ser exigido dos participantes a comprovação de identidade, mediante apresentação de documento oficial com foto ou carteira de sócio do SINDIPETRO/RJ. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2021. Eduardo Henrique Soares da Costa - Coordenador da Secretaria Geral - SINDIPETRO-RJ. Ana Patrícia Cavalcante de Castro Laier - Coordenadora da Secretaria de Política e Formação Sindical - SINDIPETRO-RJ.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA E LIQUIDAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Ficam convocados por este edital todos os sócios da **Cooperativa Habitacional Galeão Ltda.**, CNPJ 03.062.522/0001-06 e NIRE 3340003210-1, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária de dissolução voluntária e liquidação, no dia 23 de janeiro de 2021, em 1ª convocação às 07:00H, 2ª convocação às 08:00H e 3ª convocação às 09:00H, no auditório do 1º/1º Grupo de Transporte, na Base Aérea do Galeão - Ala 11, sito à Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, nos termos da Lei 5.764/71 e normas complementares, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação Social plenária para dissolução voluntária e liquidação da Cooperativa; b) Nomeação de Liquidante e delegações poderes legais; c) Eleição do Conselho Fiscal de Liquidação e delegações poderes legais; d) Outras deliberações exclusivas ao Ato. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2021. Obs.: Para efeito de quórum, mínimo de 10 sócios em 3ª convocação, respondendo os ausentes solidariamente às decisões e deliberações tomadas na A.G.E..

PORTO REAL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 31.466.394/0001-00 - NIRE 33.3.0012021-1

ATA DA AGE: 1. **Data, Horário e Local:** 09/03/2020, às 09hs, na sede social da Cia, situada na Rua Estevam Domingos Pederassi nº 96, lote 100, CEP 27570-000, Nova Colônia, na Cidade de Porto Real, Estado do RJ ("Cia"). 2. **Convocação e Presença:** dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do livro de presença de acionistas. 3. **Mesa:** Presidente: Felipe Ancede Monteiro da Costa; Secretário: José Mauro Barbosa. 4. **Ordem do Dia:** Aprovar: (a) transferência da sede da Cia, dentro do Estado, para a Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, lote 90, bairro Nova Colônia, Porto Real, Estado do RJ; (b) b.1. - a constituição pela investida Porto Real Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede na Cidade de Porto Real, Estado do RJ, na Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, Lote 90, bairro Nova Colônia, CEP 27570-000 ("Sociedade"), CNPJ/ME 29.814.175/0001-14, registrada na Jucerja NIRE nº 33-2-0042292-5, de uma sociedade de propósito específico, na forma da legislação vigente, com denominação Loteamento PR2 Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. ("SPE"), com sede na Cidade de Porto Real, Estado do RJ, na Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, Lote 90, bairro Nova Colônia, CEP 27570-000, que terá por objeto social, único e exclusivo, o desenvolvimento e implantação de loteamento aberto, nos moldes da Lei 6.766 de 19/12/1979, ("Lei 6.766/79"), localizado na cidade de Porto Real, Estado do RJ; b.2. - a utilização de área de propriedade da ("Sociedade") de 111.322,03 m2 a ser desmembrada do imóvel descrito e pormenorizado na matrícula nº 4098, do Cartório do Ofício Único da Comarca de Porto Real, Estado do RJ ("imóvel") para implantação do loteamento; b.3. - Autorizar, ainda, a investida Porto Real Empreendimentos Imobiliários Transportadora Ltda., a distribuir lucros aos seus quotistas no montante de R\$ 551.000,00, à conta de reserva de lucros acumulados com base no balanço de 31/12/2019. (c) Autorizar os Administradores da ("Cia") e da ("Sociedade") a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas. 5. **Deliberações:** Após discussão e exame das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos, resolvem Aprovar, sem qualquer restrição: 5.1. A transferência da sede da Cia, dentro do Estado, para a Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, lote 90, bairro Nova Colônia, Porto Real, Estado do RJ, passando o Art. 3º do Estatuto Social vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º. A Cia tem sede e foro na Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, lote 90, bairro Nova Colônia, Cidade de Porto Real, Estado do RJ, Brasil, CEP 27570-000." 5.2. A constituição pela investida Porto Real Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede na Cidade de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Estevam Domingos Pederassi, 322, Lote 90, bairro Nova Colônia, CEP 27570-000 ("Sociedade"), CNPJ/ME 29.814.175/0001-14, registrada na Jucerja NIRE 33-2-0042292-5, de uma sociedade de propósito específico, na forma da legislação vigente, com a denominação Loteamento PR2 ("SPE"), com sede na Cidade de Porto Real, Estado do RJ, na Rua Estevam Domingos Pederassi, nº 322, Lote 90, bairro Nova Colônia, CEP 27570-000, que terá por objeto social, único e exclusivo, o desenvolvimento e implantação de loteamento aberto, nos moldes da Lei 6.766 de 19/12/1979, ("Lei 6.766/79"), localizado na cidade de Porto Real, Estado do RJ; 5.2.1. A utilização do imóvel Bagres Gleba B-2A de propriedade da ("Sociedade") com área total de 111.322,03 m2, desmembrado do imóvel Bagres Gleba B-2 - parte, descrito e pormenorizado na matrícula nº 4528, do Cartório do Ofício Único da Comarca de Porto Real, Estado do RJ ("imóvel") para implantação do loteamento e, 5.2.2. Autorizar, ainda, a investida Porto Real Empreendimentos Imobiliários Transportadora Ltda., a distribuir lucros aos seus quotistas no montante de R\$ 551.000,00, à conta de reserva de lucros acumulados com base no balanço de 31/12/2019. 5.3. Autorizar os Administradores da ("Cia") e da ("Sociedade") a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas. 6. **Encerramento e Lavratura:** Não havendo qualquer outro assunto a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Felipe Ancede Monteiro da Costa; Secretário - José Mauro Barbosa. 7. **Acionistas Presentes:** Salmon Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada nos termos do seu Contrato Social e Amoco Participações Ltda., neste ato representada nos termos do seu Contrato Social. Certidão: Confere com o original lavrado no livro próprio Porto Real, 09/03/2020. José Mauro Barbosa - Secretário da Assembleia. Jucerja Reg 3994188, em 06/01/2021.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

PROTESTO Nº 0001620-772020.4.02.5101/RJ. REQUERENTE: BOZZO BRASIL S/A COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO TRADING COMPANY. **REQUERIDO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **EDITAL Nº 510004227671.** O Doutor **ROGÉRIO TOBIAS DE CARVALHO**, Juiz Federal na Titularidade Plena da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais **FAZ SABER** a todos os que o presente Edital vierem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação, **PROTESTO CAUTELAR**, movida por **BOZZO BRASIL S/A COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO TRADING COMPANY**, em face de **UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**. E que, para a devida publicidade do ato, foi determinada a expedição do presente **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO** para ciência, nos termos do artigo 259, III, bem como artigo 726 e seguintes do Código de Processo Civil. **DADO E PASSADO** nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Eu, **GUILHERME COTECCHIA PORTO**, Diretor de Secretaria, o expedi e subscrevo, por ordem do Juiz Federal Titular da 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CNPJ: 29.138.328/0001-50
CONCESSÃO DE LICENÇA

CAXIAS PARQUE AUTO POSTO LTDA - CNPJ: 27.905.921/0001-50, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Abastecimento - SIMMAAA a Licença de Instalação Nº035/2020, emitida em 15/12/2020. Esta licença é válida até 15/12/2022. Autoriza a empresa Instalação para Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, localizada na Rodovia Washington Luiz, nº 1335, Parque Duque, Duque de Caxias/RJ, referente ao processo Nº 019/000366/2020.

CONCESSÃO DE LICENÇA

RK6 SPE Empreendimentos e Participações Ltda. CNPJ 34.085.496/0001-65, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do Processo Nº 14/201.075/2014, Licença Ambiental Municipal de Instalação Nº 0020082/2020 com validade em 22/12/2024 para Construção de Edificação Residencial Multifamiliar situado à Avenida Atlântica Nº 2692, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ.

INCITAÇÃO À INSURREIÇÃO

Bancada democrata apresentou pedido de impeachment de Trump

Parlamentares acusam o presidente de incitar a invasão do Capitólio na última semana

A bancada democrata na Câmara dos Estados Unidos apresentou ontem formalmente um pedido de impeachment do presidente Donald Trump. A partir de agora começa a correr o prazo de 24 horas para que os parlamentares possam abrir o processo de impeachment contra o presidente.

No pedido, os parlamentares acusam Trump de “incitação à insurreição” por seu papel no movimento que culminou com a invasão do Capitólio na semana passada. Também são mencionadas as denúncias infundadas de Trump sobre fraude eleitoral, a convocação de sua base

aliada para protestos no dia 6 de janeiro em Washington e o discurso incentivando os apoiadores antes da invasão do Congresso.

“Em tudo isso, o presidente Trump colocou em risco a segurança dos Estados Unidos e de suas instituições governamentais”, diz a resolução. “Ele ameaçou a integridade do sistema democrático, interferiu na transição pacífica de poder e pôs em perigo um dos Poderes. Com isso, ele traiu sua confiança como presidente, para prejuízo manifesto do povo dos Estados Unidos.”

A resolução é o primeiro passo dos democratas para reavaliar uma votação de impeachment ainda nesta semana, antes

do fim do mandato de Trump. No domingo, a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, havia afirmado estar pronta para iniciar o processo de impeachment contra o presidente - que seria a ser aberto. De acordo com Pelosi, o pedido só não seria apreciado se Trump renunciasse ao cargo nos próximos dias.

Outra opção de afastamento de Trump é se o próprio gabinete do presidente afastá-lo acionando a 25ª emenda da Constituição dos EUA e declarando o Trump como inapto à permanência no cargo. Isso, no entanto, dependeria de uma atuação direta do vice-presidente, Mike Pence.

A líder da Câmara dos Repre-

sentantes dos EUA classificou o mandatário americano como uma “ameaça à democracia”, após o tumulto ocorrido no Capitólio na última quarta-feira. Pelosi disse que a Câmara agiria com solemnidade, mas também com rapidez, já que o mandato de Trump se encerra em alguns dias. Joe Biden, seu sucessor, assume o cargo no dia 20 de janeiro. “Ao proteger nossa Constituição e nossa democracia, agiremos com urgência, porque este presidente representa uma ameaça iminente para ambos”, disse.

A parlamentar informou que primeiramente, a Câmara tentará forçar o vice-presidente, Mike Pence, e o gabinete da presidên-

cia a afastarem Trump por meio da 25ª emenda. Ontem, os parlamentares trabalharam para aprovar rapidamente uma legislação nesse sentido. Se a medida for bloqueada pelos republicanos, o que é quase certo, a Casa vai acatar uma votação em plenário hoje.

A democrata explicou que essa resolução tem como objetivo instigar Pence a “convocar e mobilizar o gabinete da presidência para invocar a 25ª Emenda, declarando o presidente incapaz de executar as funções de seu cargo”. Segundo a norma, o vice-presidente “exerceria imediatamente poderes como presidente interino”, escreveu a líder da Casa.

GRUPO DE RISCO

Mais de 1 milhão de pessoas já foram vacinadas em Pequim

A Comissão Municipal de Saúde de Pequim, capital da China, anunciou ontem que mais de um milhão de pessoas já receberam a primeira dose da vacina contra a covid-19 na cidade, segundo publicação da Xinhua. O vice-diretor da comissão, Gao Jian, afirmou em coletiva que o governo espera concluir até sexta-feira a aplicação das primeiras doses em grupos de risco.

Em Shijiazhuang, capital da província de Hebei, foram relatados 16 novos casos de transmissão local de covid-19. Até o meio-dia de ontem, a cidade registrou 265 infecções transmitidas localmente, além de 204 casos assintomáticos, desde o último surto de 2 de janeiro. De acordo com o vice-prefeito de Shijiazhuang, Meng Xianghong, todos os casos estão em tratamento hospitalar e não há pacientes graves ou mortes.

A China tem 96.882 casos confirmados de covid-19 desde o início da pandemia, além de 4.792 mortes relacionadas à doença, de acordo com levantamento da universidade americana Johns Hopkins.

Ontem, uma equipe de especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável por investigar a origem do novo coronavírus, iniciou uma visita à China. “Após discussões, a equipe de especialistas da OMS [...] visitará a China a partir de 14 de janeiro para inspeções”, informou a Comissão de Saúde da China, em comunicado, acrescentando que os peritos “conduzirão investigações conjuntas com cientistas chineses sobre as origens da covid-19”.

Pequim não forneceu mais informações sobre o programa da visita, mas é esperado que os especialistas sejam colocados em quarentena na chegada ao país. Ontem, numa rara demonstração de tensões entre a OMS e o governo chinês, o diretor daquela agência das Nações Unidas, Tedros Ghebreyesus, disse estar “muito decepcionado” com os obstáculos colocados pelas autoridades chinesas à chegada dos especialistas, para uma missão que sofreu meses de atrasos.

A missão é formada por técnicos ligados à OMS, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e à Organização Mundial de Saúde Animal, tendo como principal objetivo viajar até Wuhan, onde foram notificados os primeiros casos de covid-19, no final de 2019. Cientistas dos Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, Holanda, Dinamarca, Austrália, Vietnã, Alemanha e Catar farão parte da missão.

Especialistas da OMS já visitaram a China, em fevereiro e julho do ano passado, para investigar as origens do novo coronavírus, embora em ambas as ocasiões poucos detalhes tenham sido divulgados. A visita é um assunto sensível para o governo chinês, preocupado em afastar responsabilidades em relação à pandemia.

Nos Estados Unidos, a Califórnia ultrapassou, ontem a marca de 30 mil mortes causadas pela covid-19, segundo a Associated Press. O Estado, que é o mais populoso dos EUA, levou seis meses para registrar as 10 mil primeiras mortes. Porém, no último mês o total subiu para 30 mil óbitos.

A Califórnia é o terceiro Estado americano com o maior número de mortes, atrás do Texas e de Nova York. As autoridades locais de saúde esperam que o quadro piore nos próximos dias, quando o panorama completo sobre as infecções causadas pelos feridos deve emergir. Os Estados Unidos já registraram mais de 22 milhões de casos de covid-19 e mais de 370 mil mortes, segundo a Johns Hopkins.



LIGHT S.A.
CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 333.0026316-1
Companhia Aberta



Certidão da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light S.A. (“Companhia”) realizada em 06 de Janeiro de 2021, lavrada sob a forma de sumário. 1. Data, hora e local: 06 de janeiro de 2021, às 14 horas, realizada mediante videoconferência. **2. Presentes:** Os Conselheiros efetivos Firmino Ferreira Sampaio Neto, David Zylbersztajn, Ricardo Reisen de Pinho, Carlos da Costa Parcias Júnior, Carlos Márcio Ferreira, Carlos Alberto da Cruz, Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes, Reynaldo Passanezi Filho e Hélio Paulo Ferraz. Portanto, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, considera-se devidamente instalada a presente Reunião do Conselho de Administração, independentemente de convocação prévia nos termos do parágrafo primeiro do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. Compareceram também à reunião, sem, contudo, participar das votações, o Sr. Raimundo Nonato Alencar de Castro, Diretor Presidente, o Sr. Roberto Caixeta Barroso, Diretor de Relações com Investidores, a Sra. Débora Meirelles Rosa Brasil, Diretora sem designação específica, o Sr. Eduardo Righi Reis, Superintendente de Controladoria e Participações, o Sr. Rodrigo Domingues Vilela, Superintendente de Relações com Investidores, e a Sra. Nathaly Gonçalves Sales Abreu, convidada para secretariar os trabalhos. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a realização da oferta pública de distribuição de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente); (ii) orientação do voto favorável dos conselheiros indicados pela Companhia na Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) na Reunião do Conselho de Administração desta que deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Light SESA para autorização de aumento de capital; (iii) e orientação de voto favorável dos representantes da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária da Light SESA que deliberar sobre o aumento de capital; (iv) autorização para que a Diretoria da Companhia adote todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta Restrita, podendo praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta Restrita; e (v) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, inclusive com relação à contratação dos coordenadores da Oferta Restrita, bem como dos Agentes de Colocação Internacional (conforme definidos abaixo), dos assessores legais e dos auditores. **4. Deliberações:** O Conselho, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) Aprovou a realização da Oferta Restrita, nos seguintes termos e condições: (a) A Oferta Restrita consistirá na distribuição pública de 137.242.528 (cento e trinta e sete milhões duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos e vinte e oito) Ações de emissão da Companhia, compreendendo: (i) a distribuição primária de 68.621.264 (sessenta e oito milhões seiscentos e vinte e um mil e duzentos e sessenta e quatro) novas Ações a serem emitidas pela Companhia (“Oferta Primária”); (ii) e a distribuição secundária de 68.621.264 (sessenta e oito milhões seiscentos e vinte e um mil e duzentos e sessenta e quatro) Ações, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, sociedade por ações, sediada na Av. Barbacena, nº 1200, Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.190-131, e inscrita no CNPJ sob nº 17.155.730/0001-64 (“CEMIG”) e “Oferta Secundária”, respectivamente), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, e será realizada sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Cit”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o BTG Pactual, e com o Santander e com a XP, “Coordenadores da Oferta”, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e no Ofício Circular 87/2014-DP, emitido pela B3, em 28 de novembro de 2014, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Light S.A., a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta, a Companhia e a CEMIG (“Contrato de Colocação”); (b) Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Santander Investment Securities Inc., pela XP Securities LLC e pelo Citigroup Global Markets, Inc. (em conjunto “Agentes de Colocação Internacional”) (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, expedida pela U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“*Securities Act*”) e nos regulamentos expedidos ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com a legislação daquele país, com base na *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 (“Resolução CMN 4.373”), e pela Instrução CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada (“Instrução CVM 560”), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (“Lei 4.131”), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação as Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outros países, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional (“Contrato de Colocação Internacional”); (c) As Ações serão colocadas pelos Coordenadores da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições a serem previstas no Contrato de Colocação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (d) A emissão das Ações pela Companhia em decorrência da Oferta Restrita será feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia (“Acionistas”), nos termos do artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 6º, parágrafo único, do estatuto social da Companhia, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia. No âmbito da Oferta Restrita e de forma a cumprir com o disposto no artigo 9º-A, inciso I, da Instrução CVM 476, será concedida aos Acionistas a prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações da Oferta Restrita (“Prioridade de Subscrição”) e observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia (“Oferta Prioritária”), nos termos do procedimento a ser descrito no fato relevante acerca da Oferta Restrita (“Fato Relevante da Oferta Restrita”). Não será admitida a negociação ou cessão, total ou parcial, da Prioridade de Subscrição dos Acionistas a quaisquer terceiros, incluindo entre os próprios Acionistas. Apenas as Ações da Oferta Restrita serão oferecidas no âmbito da Oferta Prioritária; (e) O preço por Ação (“Preço por Ação”) será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, que será realizado junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (“Investidores Institucionais Locais”) e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, “Investidores Profissionais”, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional. O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro: (a) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (b) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais (“Procedimento de *Bookbuilding*”), e será aprovado pelo Conselho de Administração de Companhia. O Preço por Ação não será indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta Restrita. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Profissionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta Restrita e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações; (f) Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para fortalecimento e otimização da estrutura de capital da Companhia, reduzindo assim seu nível de endividamento e melhorando sua posição de caixa; (g) Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita; e (h) As demais características da Oferta Restrita constarão do Fato Relevante da Oferta Restrita, que será divulgado oportunamente, nos termos da legislação aplicável. (ii) Em razão do exposto, o Conselho, por unanimidade, autorizou a Diretoria da Companhia a adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta Restrita, podendo praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta Restrita, incluindo, exemplificativamente: (a) Contrato de Colocação; (b) Contrato de Colocação Internacional; (c) *Lock-up agreements*; e (d) quaisquer outros documentos relacionados à Oferta Restrita ou necessários à sua implementação e realização, à colocação das ações no Brasil ou no exterior e à liquidação da Oferta, incluindo a contratação de assessores legais, auditores, entre outros prestadores de serviços para viabilizar a Oferta Restrita. (iii) Orientam o voto favorável a ser tomado pelos conselheiros indicados pela Companhia no Conselho de Administração da Light SESA na reunião que deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Light SESA para aumento de capital. (iv) Orientam o voto favorável dos representantes da Companhia na AGE da Light SESA, no sentido de aprovar o aumento do seu capital, mediante subscrição e integralização de ações ordinárias, em valor a ser definido quando da liquidação da Oferta (“Aumento de Capital”). (v) Por fim, o Conselho, por unanimidade, ratificou todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Restrita, inclusive com relação à contratação dos Coordenadores da Oferta, bem como dos Agentes de Colocação Internacional dos assessores legais e dos auditores independentes. Declaro que a presente é cópia fiel da ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. realizada em 06 de janeiro de 2021, às 14 horas, mediante videoconferência. Secretária da reunião - **Nathaly Gonçalves Sales Abreu**. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, Light S/A, certifico o deferimento em 11/01/2021, e o Registro sob o número 00003995664 em 11/01/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

PROTECIONISMO

Lighthizer pede para Biden manter as tarifas impostas à China pelo governo Trump

Em seus quase quatro anos como representante comercial dos Estados Unidos, Robert Lighthizer ajudou a levar o protecionismo das franjas da política americana para o núcleo. Seu conselho para a administração de Joe Biden: mantenha a estratégia, incluindo tarifas à China.

“Mantenha as tarifas à China - todas elas - mesmo que isso aumente os preços para empresas e consumidores dos EUA”, disse Lighthizer, em entrevista à Dow Jones Newswires. “Enfraqueça a Organização Mundial do Comércio (OMC) para que ela não possa anular as políticas dos EUA e torne mais difícil para as empresas americanas se mudarem para o exterior, apesar do custo para sua competitividade”, continuou.

O representante comercial creditou ao governo Trump a abordagem dura em relação às práticas comerciais chinesas que teriam beneficiado os trabalhadores americanos, encerrando anos de “acomodação” de governos anteriores, temerosos de irritar Pequim. “Mudamos a maneira como as pessoas pensam sobre a China”, afirma. “Queremos uma política da China que pense na competição geopolítica entre os Estados Unidos e um adversário - um adversário econômico.”

Enfrentando US\$ 370 bilhões em tarifas anuais dos EUA, a China assinou um acordo comercial há um ano para aumentar suas compras de bens e serviços dos EUA em US\$ 200 bilhões ao longo de dois anos e abrir seus mercados financeiros. A batalha teve custos - abalou os mercados globais, azedou as opiniões dos americanos em relação à China e separou as duas economias, uma divisão que se aprofundou com o coronavírus.

Ainda assim, as tarifas não levaram ao desastre econômico previsto por alguns economistas, embora tenham aumentado os preços que os americanos tiveram de pagar por muitos produtos importados. “Transformamos a maneira como as pessoas pensam sobre comércio e transformamos a maneira como os modelos são”, defendeu Lighthizer, na entrevista. “Minha esperança é que isso continue”, finalizou.

O comitê responsável pelas festividades da posse do presidente eleito dos Estados Unidos, marcada para o próximo dia 20, anunciou ontem que o tema da cerimônia será “América Unida”. O mote é uma referência ao lema que marcou a campanha do democrata, que afirma querer unir o país após anos de intensa polarização. “Em um momento de crise e profundas divisões sem

precedentes, o “América Unida” reflete o início de uma nova jornada para restaurar a alma da América, unir o país e criar um caminho para um futuro mais brilhante”, destacou o comitê, em publicação no Twitter.

Este ano, o evento será reduzido em comparação com a posse de presidentes anteriores, por conta do coronavírus. A organização não incentiva a formação de uma plateia de eleitores para evitar aglomeração. Apenas autoridades devem comparecer. Os ex-presidentes Barack Obama, George W. Bush e Bill Clinton, além do vice-presidente Mike Pence, já confirmaram presença. O atual líder da Casa Branca, Donald Trump, disse que não vai à cerimônia.

A prefeita do Distrito de Colúmbia, Muriel Bowser, está buscando aumentar a segurança da posse do presidente eleito dos Estados Unidos, na esteira da insurreição de uma multidão no Capitólio. “Acreditamos fortemente que a 59ª posse presidencial em 20 de janeiro exigirá uma abordagem muito diferente das posses anteriores, dado o caos, ferimentos e mortes experimentados no Capitólio dos Estados Unidos durante a insurreição”, Bowser escreveu em uma carta endereçada a Chad Wolf, o secretário interino do Departamento de Segurança Nacional dos EUA.

Ela pediu uma “declaração pré-desastre” para que o distrito permita auxílio federal. Bowser citou “novas ameaças de atos insurgentes de terroristas domésticos” e pediu que o período de segurança em torno da inauguração seja estendido de até 24 de janeiro e que o Capitólio seja incluído no perímetro. Ela também pediu que quaisquer autorizações de manifestação sejam negadas no período.

Depois de ouvir o presidente Donald Trump repetir as afirmações sem base de que a eleição foi fraudada, apoiadores dele invadiram o Capitólio na quarta-feira, enquanto congressistas estavam votando a certificação da vitória de Biden Cinco meses depois, incluindo um policial do Capitólio. Trump não assumiu a responsabilidade pelos seus atos e a Câmara de Representantes está considerando a possibilidade de um impeachment.

O Distrito de Colúmbia não tem jurisdição sobre o Capitólio e outras áreas federais dentro de seu território. Na carta, Bowser pediu coordenação com os departamentos de Defesa e de Justiça, com o Congresso e com a Suprema Corte para desenvolver um plano de segurança para todas as áreas federais.

Colunas DC

Suas Contas

A equivalência de capitais

A principal característica dos problemas de engenharia econômica decorre do fato de que as alternativas de investimentos envolvem recebimentos (entradas) e desembolsos (saídas) de caixas diferentes, em distintos instantes de tempo. Por exemplo, suponha a possibilidade de alugar ou de comprar um determinado imóvel, sendo a primeira alternativa a hipótese de alugar um apartamento por R\$ 500,00 mensais, a segunda alternativa a hipótese de comprar o imóvel por de R\$ 45.000,00 à vista e a terceira alternativa a hipótese de comprar o imóvel pagando R\$ 20.000,00 à vista e R\$ 30.000,00 após 12 meses. Do ponto de vista do locatário ou comprador, a solução mais econômica seria aquela de menor custo, e portanto, para comparar estes diferentes fluxos de caixa haveria a necessidade de identificar um montante equivalente para cada uma das três alternativas, através da apuração destes montantes em data específica, idêntica, de tal maneira que fosse possível cotejar as alternativas entre si. Em outras palavras, por hipótese, seria necessário calcular o valor equivalente do desembolso que corresponderia ao fluxo de caixa da primeira alternativa, na data atual (data de hoje); assim como seria necessário calcular o valor equivalente do desembolso que corresponderia ao fluxo de caixa da terceira alternativa, na mesma data atual; e ao final seria possível decidir pela alternativa cujo montante, na data atual, fosse o menor dentre as três alternativas.

A capacidade de tratar os problemas de engenharia econômica conforme anteriormente descrito decorre da noção de equivalência de capitais. Dois fluxos de caixa são (financeiramente) equivalentes quando é indiferente escolher entre um ou outro. Suponha que se peça a um investidor para responder "sim" ou "não" às seguintes quatro afirmações: (1) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 101,00 daqui a um mês; (2) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 102,00 daqui a um mês; (3) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,00 daqui a um mês; e (4) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 104,00 daqui a um mês. Imagine que o investidor responde "sim" às três primeiras perguntas e "não" à última pergunta. Neste caso, seria possível seguir com a pesquisa perguntando: (3.1) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,10 daqui a um mês; (3.2) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,20 daqui a um mês; e assim sucessivamente, variando o valor daqui a um mês de R\$ 0,10 em R\$ 0,10, até (3.9) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,90 daqui a um mês. Imagine, então, que o investidor responde "sim" às duas primeiras perguntas e "não" à terceira. Agora, neste caso, ainda seria possível seguir com a pesquisa perguntando ao mesmo investidor: (3.21) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,21 daqui a um mês; (3.22) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,22 daqui a um mês; e assim sucessivamente, variando o valor daqui a um mês de R\$ 0,01 em R\$ 0,01, até (3.29) prefiro receber R\$ 100,00 hoje a R\$ 103,29 daqui a um mês. E portanto, em determinado instante restará caracterizado um valor daqui a um mês que será indiferente ao investidor, de tal forma que seria equivalente receber R\$ 100,00 hoje ou este valor específico daqui a um mês, caracterizando que estes fluxos serão indistintos e estará definida a medida de equivalência. Imagine, que o investidor responde "sim" às quatro primeiras perguntas e demonstra indiferença com relação à quinta pergunta, então, neste caso, haveria equivalência entre receber R\$ 100,00 hoje ou receber R\$ 103,25 daqui a um mês. Logo, se a dúvida surgir na pergunta "R\$ 100,00 hoje ou R\$ 103,25 daqui a um mês", então será possível afirmar que para este investidor a quantidade de R\$ 100,00 hoje é equivalente a R\$ 103,25 daqui a um mês, ou seja, remunerações abaixo de 3,25% ao mês não serão aceitas e a taxa de juros a ser empregada nos estudos de engenharia econômica relacionados com este investidor deverá ser igual a 3,25% ao mês.

Considere um banqueiro que empresta dinheiro cobrando uma taxa de juros de 3% ao mês. Nestas condições, um empréstimo de R\$ 100,00, contraído na data atual (data de hoje), por exemplo, poderia ser pago, em dois meses (60 dias), de acordo com diferentes fluxos de caixa hipotéticos, conforme os exemplos a seguir: (A) pagamento de R\$ 3,00 em 30 dias e de R\$ 103,00 em 60 dias; (B) pagamento de R\$ 106,09 em 60 dias; (C) pagamento de R\$ 52,26 em 30 dias e de R\$ 52,26 em 60 dias; (D) pagamento de R\$ 100,00 em 30 dias e de R\$ 3,09 em 60 dias; e (E) pagamento de R\$ 50,00 em 30 dias e de R\$ 54,59 em 60 dias. Outras inúmeras possibilidades de fluxos de caixa que resultariam no devido pagamento do empréstimo poderiam ser propostas, mas o importante é que, em todas as situações, fosse observado que haveria uma remuneração de 3% ao mês e, portanto, os fluxos de caixa seriam equivalentes entre si.

Sendo assim, será possível definir o conceito de valor presente de um fluxo de caixa, ou simplesmente, valor presente, usualmente representado pelo símbolo "VP" ou "PV" (do inglês, "present value"), que corresponde ao valor, ou quantidade, na data atual (ou data de hoje), equivalente a um determinado fluxo de caixa no futuro, dada uma taxa de juros; e em adição, seria possível afirmar que dois fluxos de caixa são equivalentes entre si se tiverem o mesmo valor atual (valor presente). No exemplo anterior (do banqueiro), o valor atual dos planos, dada uma taxa de juros de 3% ao mês, é exatamente igual a R\$ 100,00. Importante notar que a noção de equivalência de fluxos de caixa está intimamente relacionada com a ideia de taxa de juros. No caso do investidor, o estabelecimento da equivalência (indiferença) define imediatamente a taxa de juros que ele considera aceitável - no exemplo, 3,25% ao mês. No exemplo do banqueiro, a fixação da taxa de juros de 3% ao mês permite especificar as diversas modalidades de pagamentos, equivalentes entre si, porém os planos apresentados deixariam de ser equivalentes se a taxa de juros fosse alterada. Caso a taxa de juros do banqueiro fosse alterada para 4% ao mês então a evolução do débito na hipótese de manutenção do plano de pagamento (A) seria: (i) saldo devedor ao final de 30 dias antes do primeiro pagamento: R\$ 104,00; (ii) saldo devedor ao final de 30 dias após o primeiro pagamento, no valor de R\$ 3,00; R\$ 101,00; (iii) saldo devedor ao final de 60 dias antes do segundo pagamento: R\$ 105,04; (iv) saldo devedor ao final de 60 dias após o segundo pagamento, no valor de R\$ 103,00; R\$ 2,04. Neste sentido, o plano de pagamento (A) não é equivalente a R\$ 100,00 hoje, dada uma taxa de juros de 4% ao mês, porque não é capaz de pagar o valor do empréstimo. Em outras palavras, o valor atual do plano (A) considerando uma taxa de juros de 4% ao mês não é igual a R\$ 100,00.

VICTOR MOTHÉ PEREIRA NUNES é consultor em Finanças, Mestre em Administração de Empresas e Professor universitário.
e-mail: vmnpunes@hotmail.com



PIB DEVE CAIR 4,37%

Mercado eleva a previsão de inflação para 3,34%

Projeção para o IPCA de 2020 está acima da meta

Os economistas do mercado financeiro alteraram levemente a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2020. No Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo Banco Central, a mediana para o IPCA no ano passado foi de alta de 4,38% para 4,37%. Há um mês, estava em 4,35%. A projeção para o índice em 2021 foi de 3,32% para 3,34%. Quatro semanas atrás, estava em 3,34%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2022, que seguiu em 3,50%. No caso de 2023, a expectativa permaneceu em 3,25%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,50% e 3,25%, nesta ordem.

A projeção dos economistas para a inflação está acima do centro da meta de 2020, de 4,00%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é inflação de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2020 foi de 4,34% para 4,31%. Para 2021, a estimativa do Top 5 passou de 3,41% para 3,74%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 4,34% e 3,41%, respectivamente. No caso de 2022, a mediana do IPCA no Top 5 foi de 3,52% para 3,63%, ante 3,52% de um mês atrás. A projeção para 2023 no Top 5 seguiu em 3,50%, igual a quatro semanas antes.

A projeção mediana para o IPCA de 2020 atualizada com base nos últimos cinco dias úteis foi de 4,38% para 4,36%, conforme o Relatório Focus. Houve 49 respostas para esta estimativa no período. Há um mês, o percentual calculado estava em 4,37%. No caso de 2021, a expectativa do IPCA dos últimos cinco dias úteis foi de 3,34% para 3,35%. Há um mês, estava em 3,34%. A atualização no Focus foi feita por 49 instituições.

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA em dezembro de 2020, de alta de 1,22% para avanço de 1,21%. Um mês antes, o percentual projetado indicava alta de 1,19%. Para janeiro de 2021, a projeção no Focus foi de alta de 0,30% para 0,23% e, para fevereiro de 2021, seguiu em alta de 0,38%. Há um mês, os percentuais indicavam elevações de

0,37% e 0,39%, nesta ordem. No Focus agora divulgado, a inflação suavizada para os próximos 12 meses foi de alta de 3,56% para 3,39% de uma semana para outra - há um mês, estava em 3,99%.

Os economistas do mercado financeiro alteraram levemente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia no ano passado passou de retração de 4,36% para queda de 4,37%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 4,41%. Para 2021, o mercado financeiro também alterou levemente a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), de alta de 3,40% para 3,41%. Quatro semanas atrás, estava em 3,50%.

No Focus divulgado ontem, a projeção para a produção industrial de 2020 passou de baixa de 5,00% para queda de 4,94%. Há um mês, estava em baixa de 5,00%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial seguiu em 4,78%, ante 5,00% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 passou de 64,60% para 63,75%. Há um mês, estava em 65,70%. Para 2021, a expectativa foi de 66,30% para 64,95%, ante 67,01% de um mês atrás.

O Relatório de Mercado Focus trouxe ontem a manutenção na projeção para o resultado primário do governo em 2020. A relação entre o déficit primário e o PIB no ano passado seguiu em 10,60%. No caso de 2021, permaneceu em 3,00%. Há um mês, os percentuais estavam em 11,50% e 2,90%, respectivamente. Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2020 foi de 15,00% para 14,95%, conforme as projeções dos economistas do mercado financeiro. Para 2021, seguiu em 7,00%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 15,20% e 7,00%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros. Os avanços nas projeções nos últimos meses refletem a expectativa de que, com o aumento das despesas do governo durante a pandemia do novo coronavírus, o País terá um cenário fiscal ainda mais difícil.

Os economistas do mercado financeiro alteraram a projeção para a balança comercial em 2021 na pesquisa Focus, de superávit comercial de US\$

55,10 bilhões para US\$ 55,00 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 56,50 bilhões. Para 2022, a estimativa de superávit foi de US\$ 48,90 bilhões para US\$ 50,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 49,45 bilhões.

No caso da conta corrente do balanço de pagamentos, a previsão contida no Focus para 2020 foi de déficit de US\$ 4,60 bilhões para US\$ 4,50 bilhões, ante US\$ 4,45 bilhões de um mês antes. Para 2021, a projeção de rombo seguiu em US\$ 16,00 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 17,00 bilhões.

Para os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será suficiente para cobrir o resultado deficitário nestes anos. A mediana das previsões para o IDP em 2020 seguiu em US\$ 40,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 41,30 bilhões. Para 2021, a expectativa permaneceu em US\$ 60,00 bilhões, igual a um mês antes.

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2021. O Relatório de Mercado Focus trouxe ontem que a mediana das previsões para a Selic neste ano foi de 3,00% para 3,25% ao ano. Há um mês, estava em 3,00%. No caso de 2022, a projeção foi de 4,50% para 4,75% ao ano, igual a um mês antes. Para 2023, seguiu em 6,00%, mesmo patamar de quatro semanas atrás.

Em dezembro passado, ao manter a Selic em 2,00% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central preparou o terreno para possível elevação dos juros em 2021. O motivo é que as projeções de inflação estão se aproximando das metas perseguidas pelo BC nos próximos anos. A avaliação é de que a instituição poderá acabar com o chamado "forward guidance" (ou prescrição futura, na tradução do inglês).

Adotado em agosto, o "forward guidance" é uma indicação técnica do BC de que não pretende elevar os juros se a inflação seguir sob controle e o risco fiscal não se alterar. O problema é que, nos últimos meses, a inflação ao consumidor está mais salgada, puxada por aumentos de preços em itens como alimentos e energia. Ao avaliar o cenário, o BC afirmou que "em breve, as condições para a manutenção do forward guidance podem não mais ser satisfeitas". Na prática, se retirar esta mensagem técnica de suas comunicações, o BC ficará mais livre para elevar os juros se achar necessário.

INCERTEZA NOS EUA

Bolsas da Europa fecham em baixa, com avanço da covid-19

As bolsas de Europa fecharam em baixa ontem, em meio ao receio do mercado com o avanço da covid-19, que segue batendo recordes no continente. Além disso, a tensão política nos Estados Unidos leva a uma maior cautela, inclusive pela incerteza sobre novos estímulos à economia. As companhias aéreas, que tem seu desempenho especialmente ligado à mobilidade, restrita por conta das medidas de contenção ao vírus, tiveram algumas das principais quedas da sessão.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,67%, a 408,41 pontos. A covid-19 segue avançando na Europa, com recordes de casos e mortos diários registrados, ofuscando as expectativas pela vacinação. Em Portugal, o país registrou no último boletim diário 122 mortos, o maior número desde o começo da pandemia.

A Bolsa de Lisboa teve o maior recuo dentre as princi-

pais europeias, com o PSI20 caindo 2,05%, a 5.137,93 pontos. As ações do banco BCP Milenium tiveram parte importante no resultado, em baixa de 6,14%. Na Alemanha, o país ultrapassou a marca dos 40 mil mortos pela covid-19, e a chanceler Angela Merkel avalia que a fase mais difícil ainda pode estar por chegar.

Na Espanha, às restrições de mobilidade em razão da covid-19 somam-se as dificuldades causadas pela maior nevasca que o país enfrenta em décadas, que impôs limitações a grande parte do território. Em Madri, o IBEX 35 fechou em baixa de 0,60%, a 8.357,50 pontos. Na Itália, o FTSE MIB fechou em baixa de 0,32%, a 22.722,01 pontos.

As incertezas na política dos EUA também pesam, em meio à abertura de um processo de impeachment contra Donald Trump. Os esforços dificultam a aprovação de estímulos fiscais, e colocam dúvidas sobre a capacidade

de Joe Biden de conseguir apoio para os pacotes em seu governo.

As companhias aéreas tiveram algumas das principais baixas, em meio à cautela dos mercados. A Lufthansa caiu 2,87% e influenciou em Frankfurt para o DAX fechar em baixa de 0,80%, a 13.936,66 pontos. A IAG, que controla a Iberia e a British Airways, teve baixa de 2,49%, junto à Ryanair (-1,12%) que pressionaram o FTSE em Londres a fechar em baixa de 1,09%, a 6.798,48 pontos.

Em Paris, o CAC 40 fechou em baixa de 0,78%, a 5.662,43 pontos - Air France-KLM teve um dos principais recuos, a 1,52%.

No campo das farmacêuticas, a francesa Sanofi teve alta de 0,55%, em meio a notícias sobre a aquisição da companhia Kymab. Já a alemã BioNtech teve alta de 6,87% com o anúncio de que produzirá junto à Pfizer 2 bilhões de doses da vacina contra a covid-19 em 2021.

BOVESPA

Raymundo Magliano Filho morre vítima da Covid-19

Mesmo nos últimos anos afastado do dia a dia de mercado financeiro, Raymundo Magliano Filho não deixava, um dia sequer, de saber como estava a Bolsa. Acompanhava sempre de perto as notícias e não recusava uma conversa para contar sobre os dias em que o pregão da bolsa paulista, a Bovespa, no centro de São Paulo, estava cheio de operadores espremidos para fazerem seus negócios. Ou para mostrar uma coleção de fotos e notícias que narravam sua empreitada, a qual guardava em seu escritório, que mantinha no bairro de Higienópolis, no centro de São Paulo. Magliano Filho, de 78 anos, faleceu às 6h30 de ontem. Ele lutava contra a covid-19 deste novembro.

Comandante da Bovespa entre 2001 a 2008, até a fusão com a BM&F, que deu origem à BM&FBovespa, Magliano sempre foi conhecido na sua batalha para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, algo que há vinte anos era muito mais desafiador dada as elevadíssimas taxas de juros que afastavam os investidores do mercado de ações. Como presidente da Bolsa, ele foi conhecido por uma ampla campanha para popularização do investimento em ações. Criou o programa "Bovespa vai até você", que levava equipes da bolsa a diferentes cidades do País.

Nesse programa, em 2001, a Bovespa montou uma tenda na comemoração do Dia do Trabalho, promovida pela Força Sindical em São Paulo. Na festa, mais de 30 mil pessoas passaram pela estrutura da Bolsa, tendo ali um dos seus primeiros contatos com o mercado de ações. Depois ousou mais e lançou o "Bovmóvel", um furgão com o logotipo da Bovespa, no qual Magliano Filho visitou o litoral paulista para falar com investidores. O veículo também foi até Carajás, no Pará. Outra empreitada foi o "Mulheres em Ação". Quando Magliano tomou posse, cerca de 75 mil pessoas físicas negociavam ações na Bolsa. Em 2008, quando deixou o cargo, esse número alcançava 536,5 mil.

Magliano Filho era formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e seu contato com o mercado começou muito cedo. Seu pai, Raymundo Magliano, fundou, em 1927, a corretora homônima, dona do título patrimonial número 1 da bolsa A corretora, que estava sob o comando de Raymundo Magliano Neto, já na terceira geração da família, foi vendida à corretora Neon, uma fintech.

Magliano Filho também se dedicou aos estudos de filosofia e nunca escondeu sua admiração pela obra de Norberto Bobbio, Hannah Arendt e Antonio Gramsci. Há alguns anos publicou o livro "A força das ideias para um capitalismo sustentável". "Passei a acreditar que esses conceitos, quando devidamente aplicados, podem gerar uma mudança cultural profunda, capaz de resultar na ampliação de oportunidades, inclusão social e responsabilidade socioambiental. Dessa forma, com o pensamento e a ação conjugados para enfrentar os desafios, é possível, vivenciar de fato, a força das ideias, da cooperação interpessoal e do espírito cívico", escreveu Magliano Filho, em seu livro.

O antigo espaço do pregão da bolsa, hoje a B3, fruto da fusão entre a BM&FBovespa e a Cetip, que com o fim do pregão viva-voz passou a ser um espaço de eventos, além de marco turístico da capital paulista, teve por cerca de dez anos o nome de Magliano Filho estampado.

Agora, a homenagem está indo para o Museu B3, onde serão contadas a história do mercado de capitais no Brasil e a trajetória da Bolsa, incluindo a de Magliano Filho.

DESIGUALDADE

Fim do auxílio emergencial pode levar até 3,4 milhões para extrema pobreza

Pessoas na pobreza extrema neste ano pode ser maior do que a verificada no País antes da covid-19

Morador da rua Meu Destino, Anderson cogita dar a casa como garantia, em um empréstimo, para comprar comida; Hudson voltou a morar com os pais para enfrentar um câncer; Lucimar deixou o isolamento e vende máscaras na rua para sustentar o filho. Com o fim do auxílio emergencial no ano passado, e se nada for colocado no lugar para amparar os mais vulneráveis, até 3,4 milhões de brasileiros a mais, como eles, podem cair na extrema pobreza - sobrevivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (algo como R\$ 10), a linha de corte definida pelo Banco Mundial.

De acordo com uma pesquisa do especialista em política social Vinícius Botelho, publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com isso, a pobreza extrema neste ano pode ser maior do que a verificada no País antes da covid-19. Nesse cenário, o número total de pessoas na extrema pobreza chegaria a 17,3 milhões em 2021, segundo os conceitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento levaria o País ao pior patamar de pobreza desde o início da pesquisa, em 2012.

“Se nada for feito, a política social vai continuar com a mesma potência que em 2019, mas em uma realidade completamente diferente”, diz Botelho, ex-secretário dos ministérios da Cidadania e do Desenvolvimento Social. “Durante a pandemia, as pessoas perderam a renda do trabalho. Com o auxílio, essa queda foi compensada, mas, como não há alternativa para 2021, pode-

mos cair em uma situação pior do que antes. É como se o Brasil tivesse feito um ‘voo de galinha’ na redução da pobreza.”

De 2012 a 2019, a variação das taxas de pobreza decorreu da dinâmica econômica - quando o País crescia, a pobreza era reduzida e vice-versa. No ano passado, no entanto, o auxílio emergencial (de cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300) serviu para que a potência da política social aumentasse muito.

“O País já tinha muita gente na extrema pobreza, mas 2020 nos fez lembrar que esse problema precisava ser equacionado urgentemente. Só que o mesmo Brasil que fez um auxílio emergencial gigantesco virou o ano sem garantir o reajuste do Bolsa Família. Na verdade, pouca gente acreditava na criação de um programa novo”, diz Botelho.

Um outro levantamento, do pesquisador Daniel Duque, do Ibre/FGV, aponta que a desigualdade deve aumentar quase 10%, por conta do fim do auxílio, e que 2020 deve ser um ano perdido na redução das diferenças sociais. O Índice de Gini (medidor da desigualdade, em que quanto mais próximo de 1, pior é a distribuição de renda) estava em 0,494 em novembro passado. Sem o auxílio, o indicador iria a 0,542 nas mesmas condições daquele mês.

Isso se daria porque a renda da população, em novembro, chegou a R\$ 1.286, em média - patamar 5,8% maior, em termos reais, que o observado em maio, no início do pagamento das parcelas do benefício emergencial, segundo a Pnad-Covid, pesquisa feita pelo IBGE durante a pandemia, mas com metodologia diferente da Pnad Contínua.

Duque lembra que a desigualdade tinha caído em 2019 pela pri-

meira vez desde 2014. “O saldo do ano passado, no entanto, deve empatar com o de 2019. A pandemia deve impedir a queda da desigualdade”, diz.

Com o fim do auxílio, o governo começa a discutir formas de ampliação do Bolsa Família, mas, entre os economistas, a avaliação é de que algo já deveria ter sido proposto. Pressionado para retomar o pagamento do auxílio, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ironizou na semana passada a possibilidade de estender o benefício. “Se pagar R\$ 5 mil por mês, ninguém trabalha mais”, disse.

“É absurdo ele dizer que não pode fazer nada”, protesta o ambulante Hudson Moreira, de 49 anos. Com câncer, ele dependia do auxílio. Sem o benefício, agora conta com a aposentadoria dos pais, enquanto espera o fim da pandemia. “Infelizmente, votei nele e me arrependo. O presidente precisa lembrar que está lidando com vidas. E a pandemia é séria, não é um resfriado.”

Acabar com o auxílio emergencial é jogar de novo essas pessoas na pobreza ou na informalidade, avalia a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Úrsula Peres. “Esse boom de recursos movimentou a economia, impedindo uma queda drástica do consumo e beneficiando as finanças estaduais e municipais.”

Com o fim do auxílio emergencial, o Bolsa Família volta a ser o principal mecanismo de transferência de renda do País. O problema é que, além de atender a um número menor de pessoas, ele já estava defasado antes mesmo da pandemia. Há inúmeras propostas sobre a mesa para substituir o auxílio, e a maioria passa pelo aperfeiçoamento de programas

que existem - até porque qualquer aumento de despesa esbarra na completa falta de recursos do governo e no teto de gastos.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insuper, é um dos autores do Programa de Responsabilidade Social, que visa a aprimorar a rede de proteção social. Pela proposta, é essencial saber a diferença entre dois perfis: aqueles que já são muito pobres e não conseguem se encaixar no mercado de trabalho e os que conseguem se sustentar, mas têm oscilação de renda.

“Para o primeiro grupo, é necessário o Bolsa Família. Já para o segundo, a proposta não é uma renda mínima, mas um seguro: todo mês você deposita um valor para a pessoa e, quando ela precisar, ela saca”, diz.

Já o economista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) João Romero defende que será preciso rever o teto de gastos, que limita as despesas do governo ao orçamento do ano anterior corrigido pela inflação. “A pandemia trouxe para o centro do debate a necessidade de reforçar mecanismos para garantir o mínimo de dignidade para a população.”

Enquanto não há uma movimentação política em direção a um esquema mais estruturado, o presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, defende que, ao menos, o Bolsa Família seja corrigido de forma a não ter filas de espera para o programa, hoje em torno de 1,3 milhão de famílias. Com o fim do auxílio emergencial e alta do desemprego, a tendência é que a espera pelo benefício cresça. “Corrigir os valores é urgente. A linha de extrema pobreza do programa, de R\$ 89, faz com que muitos pobres não se enquadrem.

Não precisa pagar R\$ 600 para todos, mas o Bolsa Família precisa ser reajustado”, diz Ferreira.

Rogério Barbosa, pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole, da USP, avalia que uma reforma tributária mais progressiva, que taxe mais quem tem mais, será inevitável. “É mais viável um programa de renda que custe R\$ 100 bilhões por ano, bem menos do que o auxílio emergencial, que chegou a custar R\$ 50 bilhões por mês.”

Para Naércio Menezes Filho, do Insuper, é importante que a política de transferência de renda evolua para um sistema que tenha nos jovens de até 18 anos seu público-alvo. “A renda básica deve acompanhar os brasileiros desde a primeira infância. Não é gasto, é um investimento que melhora a produtividade.”

Ex-morador de rua e integrante de um movimento que luta pelo direito dessa população, Anderson Lopes de Miranda, de 45 anos, pensa em utilizar o apartamento da família como garantia para acesso a crédito e “botar comida em casa”, como ele diz.

“Há mais de dez anos temos o apartamento, mas a gente vai ter de dá-lo como garantia até eu me reorganizar. O auxílio emergencial estava nos dando suporte; deu até para a gente aumentar algumas coisinhas, como a internet, mas agora vamos ter de cortar. A gente comia melhor também, mas vamos precisar reduzir tudo isso.”

No início do pagamento do auxílio, a família tinha uma renda que, se comparada com a atual, pode ser considerada bem alta. A ex-mulher de Miranda já recebia R\$ 170 do Bolsa Família antes da pandemia. Por viver com as filhas de 12 e 14 anos, ela passou a receber o auxílio de R\$ 1.200. Na

mesma época, por ser informal, Miranda também recebia a ajuda, só que no valor de R\$ 600 e repassava uma parte para a família.

Conforme o valor do benefício foi sendo reduzido, ele voltou a morar sob o mesmo teto que a ex-mulher e, agora, os mesmos R\$ 170 são a única renda fixa que eles têm. “Estamos dependendo do Bolsa Família dela para sobreviver.”

“Não tem nada mais doído do que ver um filho passando necessidade”, conta Lucimar Silva, de 50 anos. Informal há quase 30 anos, demorou um mês para começar a receber o auxílio emergencial. Como é mãe solteira, ela teve direito ao benefício de R\$ 1.200, dinheiro que usava para as compras do mês e pagar aluguel e as contas básicas, além dos gastos mensais com o tratamento do filho mais novo, que é autista.

Com o fim do auxílio, em dezembro, e o filho mais velho desempregado por causa da pandemia, ela teve de voltar ao trabalho na rua e passou a vender máscaras no centro do Rio. “Evito pegar condução lotada, ando sempre de máscara e com álcool em gel na bolsa. Mas o medo de ficar doente existe, claro. Perdi muitos amigos nessa pandemia e todo mundo conhece alguém que ficou doente. Agradeço por estar saudável.”

O fim do benefício emergencial pesou no orçamento de Lucimar. Com o dinheiro, ela custeava parte do tratamento para o filho, mas mesmo antes da pandemia, a família dela era uma das que estavam na fila do Bolsa Família. Sem o auxílio, ela vai voltar para a lista de espera. “O auxílio me ajudou muito, mas não acredito que coloquem nada no lugar. Só nos resta tentar sobreviver.”

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Banco do Brasil lança programas para desligamentos incentivados

O Banco do Brasil (BB) anunciou ontem dois programas de desligamento incentivado. A expectativa é que a adesão chegue a 5 mil funcionários. Segundo a instituição, o Programa de Adequação de Quadros (PAQ) visa ajustar a força de trabalho do banco, mudando empregados de setores com excesso de pessoal para outros com vagas disponíveis. Os empregados poderão fazer movimentações laterais e também optar pelo desligamento. O Programa de Desligamento Extraordinário (PDE) abrange todos os funcionários que atenderem aos pré-requisitos.

Conforme o banco, as ações “visam otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas unidades do banco, contribuindo

para a redução de despesas e para a melhoria da eficiência operacional”. A economia líquida anual estimada com as ações de reduções de custos implementadas pelo banco é de R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões até 2025. No valor não estão adicionados os recursos economizados com os planos de desligamento, que serão divulgados após o encerramento dos períodos de adesão previsto para 5 de fevereiro.

O banco prevê adaptações na rede de atendimento em 361 municípios, mantendo unidades próprias em 221 municípios e correspondentes bancários Mais BB, nos demais. Conforme o banco, com o novo modelo 1,3 milhão de clientes passarão a contar com um gerente de relacionamento exclusivo para interação digital

por meio do canal Fale.Com.

A interação digital do banco foi ampliada especialmente no último ano. O aplicativo do banco atingiu 4,7 milhões de usuários, crescimento 273% maior do que o período anterior à pandemia. Ao mesmo tempo, o atendimento pelo WhatsApp chegou a quase 600 mil atendimentos por dia.

“Com mais 1,3 milhão de clientes atendidos no modelo de atendimento especializado por gerentes de relacionamento dedicados, avançaremos de forma importante na melhoria contínua da experiência dos nossos clientes. Isso representa 13% a mais de clientes com essa proposta de valor”, disse em nota o vice-presidente de Negócios de Varejo do BB, Carlos Motta.

“As iniciativas buscam

a melhoria da experiência e satisfação do cliente e consideram a transformação digital, o aumento da concorrência e o menor patamar histórico da taxa básica de juros como elementos de destaque”, diz a nota.

O BB tomou outras medidas para reduzir custos como a devolução e venda de prédios corporativos, otimização de espaços físicos, medidas de eficiência energética e novo plano de cargos e salários. A expectativa é redução de R\$ 3,3 bilhões em redução de despesas até 2025.

O Banco construiu um hot-site para esclarecer as medidas aos clientes. As informações também estão disponíveis pelo WhatsApp - (61) 4001-0001 e pela Central de Atendimento 0800 729 5291, de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas.

ALÍVIO FINANCEIRO

Bancos acumulam mais de R\$ 3 trilhões em crédito concedido na pandemia

Com os programas de estímulo criados pelo governo durante a crise, os bancos acumulam R\$ 3,4 trilhões em concessões de crédito entre março - mês que marca o início do isolamento social imposto pela pandemia no Brasil - até dezembro. A estimativa é da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que põe na conta números já divulgados pelo Banco Central (BC) para o período entre março e novembro, que somam R\$ 3,1 trilhões, e uma projeção da própria para os resultados de dezembro, de R\$ 313,8 bilhões, que envolve apenas as operações no segmento livre de crédito para pessoa jurídica e, no caso da pessoa física, o crédito imobiliário, mas não as operações de crédito rotativo.

Além disso, entre 16 de março, data que simboliza o começo da quarentena no País, e 31 de dezembro, o setor renegociou 16,8 milhões de contratos com operações em dia, que têm um saldo devedor total de R\$ 971,5 bilhões. A soma das parcelas suspensas dessas operações, estima a Febraban, totaliza R\$ 146,7 bilhões.

“Os valores geraram alívio financeiro imediato para empresas e consumidores, que passaram a ter uma carência entre 60 a 180 dias para pagar suas prestações, sendo que a maioria dos agentes beneficiados com prorrogação de parcelas é representada por pequenas empresas e pessoas físicas (R\$ 77,1 bilhões)”, diz a Febraban, em nota enviada à imprensa.

A federação destaca também que, em relação a fevereiro, mês que antecede a crise, a taxa de juros para o conjunto das operações de crédito recuou de 23,1% para 18,7% ao ano, uma redução de 4,4 pontos porcentuais, enquanto o spread médio das operações de crédito caiu de 18,6% para 14,4%, ou 4,2 pontos a menos. Em 2020, a Selic, taxa básica de juros, foi reduzida de 4,25% para 2% ao ano.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, afirmou que o setor deve ter terminado 2020 com uma expansão perto de 15% na carteira de crédito. “É um resultado extraordinário num cenário de fortíssima recessão, considerando a queda estimada de 4,5% do PIB”, disse. “A carteira das empresas, por exemplo, deve atingir o maior patamar da série histórica, o que revela a grande contribuição do setor para preservar empregos e empresas”, afirmou também.

Para 2021, ele ressalta que o crédito deve crescer 7%, “bem acima da projeção de crescimento do PIB, o dobro praticamente, o que significa que o setor bancário continuará sendo fator importantíssimo para a retomada da economia”.

Na avaliação dele, é fundamental, portanto, que o sistema financeiro mantenha os níveis robustos de capital e liquidez, “ou seja, que se mantenha saudável para continuar irrigando a economia com crédito”.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
(Resolução CNSP nº 330, de 2015)

As pessoas abaixo subscritas, na condição de acionistas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM:

1) Sua intenção de transformar a empresa Enova Participações Limitada em uma sociedade anônima, mudar sua denominação social para Level Seguradora S/A ou seu objeto social para operar como uma sociedade seguradora, com atuação em todo o território nacional e com as características abaixo especificadas: Denominação Social: Level Seguradora S/A Local e Sede: São Paulo - SP, com sede na Rua Conselheiro Brotero, 626, sala 502, Barra Funda, CEP 01154-000; Capital Inicial: R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais); Composição Societária: A Level Seguradora S/A será como acionista único e detentor de 100% das ações representativas de seu capital social a empresa Enova Holding S.A., empresa brasileira de capital nacional com sede em São Paulo - SP, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1140, cj. 72, CEP 04571-930, inscrita no CNPJ sob nº 37811.808/0001-69. Objeto Social: comercialização de seguros de danos. Controladores: a Level Seguradora S/A será controlada, diretamente, pela empresa Enova Holding S.A., sediada em São Paulo - SP, na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1140, cj. 72, Cidade Monções, CEP 04571-930, inscrita no CNPJ sob nº 37811.808/0001-69, representada por seu Diretor Presidente Leonardo André Paixão, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 125.598.288-80, domiciliado em Brasília - DF, com endereço no SHN, quadra 1, bloco A, sala 1226, CEP 70701-010, inscrito no CNPJ sob nº 33.457.675/0001-13, e Dapriile Participações Ltda., sediada em Brasília - DF, no SHN, quadra 1, bloco A, sala 1226, CEP 70701-010, inscrita no CNPJ sob nº 33.457.700/0001-69, antes de suas inscrições à presente declaração de vontade.

2) A inexistência de restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330, de 2015. ESCRITURAS que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais inscrições à presente declaração de vontade, ser comunicadas diretamente a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas, 730, 9º andar - Rio de Janeiro, no prazo máximo de 15 dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado em que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo, São Paulo, 11 de Janeiro de 2021. Assinaturas: Enova Holding S.A., Life One Fundo de Investimento em Participações Multistruais, Agrigemax Participações Ltda. e Dapriile Participações Ltda.

Diário Comercial

Por que escolher o Diário Comercial?

- Atendimento ágil e personalizado por profissionais experientes
- Oferece o melhor custo benefício do mercado
- Possui um público especializado em finanças
- Reconhecido pela expertise em Publicidade Legal e Financeira

www.diariocomercial.com.br

• Atas • Avisos • Balanços • Comunicados • Editais • Fatos Relevantes

VACINAÇÃO

Advogados amariam MP para compra de vacinas e insumos para imunização

Juristas analisaram o texto do Presidente Jair Bolsonaro e afirmaram que a norma em vigor traz avanços essenciais para a efetividade da campanha de imunização contra o coronavírus no Brasil

Na última quinta-feira, Thomas Law, Bruno Barata, Sós-tenes Marchezine, Bruno Martins e Clarita Maia, advogados de grande reconhecimento em suas áreas de atuação, membros da diretoria da Comissão Especial Brasil-ONU de Integração Jurídica, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), divulgaram um artigo que reconhece a importância da medida provisória que possibilita a aquisição de vacinas e insumos para imunizar a população brasileira contra o novo coronavírus. A MP foi

publicada em edição extra do Diário Oficial da União da última quarta-feira.

Os juristas analisaram o texto do presidente da República Jair Bolsonaro e afirmaram que a norma em vigor “traz avanços essenciais” para a efetividade da campanha de imunização contra a doença no Brasil. “A MP não deixa de demonstrar, portanto, o objetivo de garantir ao cidadão o direito de decidir ser ou não vacinado, e a responsabilidade, ainda que moral, da sua escolha. Tudo num contexto social desafiador, em que o número de mortes e infecta-

dos cresce vertiginosamente; a economia atrofia; os ânimos políticos internos polarizados se acirram; a geopolítica internacional descarrilha; a justiça Suprema brasileira declara constitucional a vacinação compulsória e, mais uma vez, garante autonomia normativa e executiva aos antes federados”, afirmam.

Segundo os advogados, a união entre os Poderes consuntivos seria a melhor solução para remediar a crise causada pelo vírus Sars-Cov-2 e suas mutações. A medida provisória prevê, ainda, a aquisição de bens e serviços de

logística, tecnologia da informação, comunicação social e publicitária, além de treinamentos de profissionais destinados à vacinação.

Como é uma medida provisória, o ato tem efeito imediato, mas ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Se o Legislativo não aprovar o texto em até 120 dias, as mudanças deixam de valer. Pelo texto, a aquisição dos imunizantes poderá ser feita, inclusive, antes do registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou da autorização temporária de uso emergencial.

“A nova legislação autoriza a celebração, por parte do Poder Público, de contratos e instrumentos congêneres com dispensa de licitação, para a aquisição de vacinas e de insumos destinados a vacinação contra a Covid-19, inclusive antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial. Permite, nos mesmos termos, a contratação de bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, treinamentos e outros bens e serviços necessários a implemen-

tação da vacinação contra a Covid-19.”

Na quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro disse a apoiadores que menos da metade da população brasileira vai querer se vacinar contra a Covid-19. “Alguém sabe quantos por cento vai tomar a vacina? Pelo que eu sei, menos da metade vai tomar vacina”, declarou, na saída do Palácio da Alvorada. Segundo Bolsonaro, o dado sobre o percentual da população brasileira que vai optar por imunizante foi colhido por ele, em pesquisas feitas “na praia, na rua e em tudo que é lugar”.

MPM Corpóreos S.A.

CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59 - NIRE 35.300.498.607

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 9 de Novembro de 2020
Data, Hora e Local: No dia 9 de novembro de 2020, às 11 horas, na sede social da MPM Corpóreos S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050. **2. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia (“**Conselho de Administração**”), os quais, quando aplicável, enviaram suas respectivas instruções de voto para seu procurador constituído no Brasil, autorizando-o a proceder à assinatura da presente ata. **3. Convocação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”). **4. Mesa:** A mesa foi composta pelo Presidente, Sr. Paulo José Iász de Moraes, e pelo Secretário, Sr. Ygor Alessandro de Moura. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** eleição do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(II)** com relação à aprovação de realização da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta**”) pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2020, a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta; **(III)** a concessão de autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta; **(IV)** tomar conhecimento da renúncia apresentada pelos membros da Diretoria da Companhia; **(V)** a eleição do Diretor de Relações com Investidores da Companhia; **(VI)** a instalação do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia (“**Comitê de Auditoria**”), bem como a eleição de seus membros; **(VII)** a aprovação dos seguintes regimentos internos: (a) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (b) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; **(VIII)** a aprovação das seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia (“**Política de Remuneração**”); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia (“**Política de Indicação**”); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“**Política de Partes Relacionadas**”); (e) Política de Divulgação de Atos e Fato Relevantes, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CMVM**”) nº 358, de 3 de janeiro de 2020, conforme alterada (“**Política de Divulgação**”); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia (“**Política de Negociação**”); e **(IX)** a aprovação do Código de Ética e Conduta da Companhia. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes, Sr. Paulo José Iász de Moraes, e Sr. Ygor Alessandro de Moura, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovou: **(i)** em atenção às deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, a eleição do Sr. **Ygor Alessandro de Moura**, brasileiro, médico, casado sob regime parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 63.609.274-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 651.412.881-53, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes S, nº 1.619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiro, CEP 05419-001; e **(b)** Sr. **Ygor Alessandro de Moura**, brasileiro, médico, casado sob regime parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 63.609.274-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 651.412.881-53, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes S, nº 1.619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiro, CEP 05419-001; e **(c)** Sr. **Paulo José Iász de Moraes**, brasileiro, advogado, casado sob regime parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 17.204.210-0 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“**CPFME**”) nº 091.195.798-70, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes S, nº 1.619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiro, CEP 05419-001; e **(d)** Sr. **Ygor Alessandro de Moura**, brasileiro, médico, casado sob regime parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 63.609.274-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 651.412.881-53, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes S, nº 1.619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiro, CEP 05419-001; e **(e)** a eleição (a) do Sr. **Paulo José Iász de Moraes**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente; **(b)** do Sr. **Ygor Alessandro de Moura**, acima qualificado, para o cargo de Diretor sem designação específica; e **(c)** do Sr. **Leonardo Moreira Dias Correa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 03.311.937-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 090.793.917-24, residente e domiciliado na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, 762, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050; **(b)** Sr. **Tallís Regence Coelho Gomes**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 64.295.336-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.879.696-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 218, cobertura, Pinheiros, CEP 05423-130; e **(c)** Sr. **Francisco Javier Molta Martínez**, espanhol, solteiro, engenheiro, portador do passaporte nº G342671-T, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.460.438-79, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Fernão Dias, nº 323, apartamento 206, Pinheiros, CEP 05427-010. Fica consignado que, para fins do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3, o Comitê de Auditoria da Companhia é composto por membro independente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que o Sr. Peter Löhken possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos (a) serão investidos nos respectivos cargos mediante as assinaturas dos termos de posse; e **(b)** tomarão posse nos seus cargos mediante apresentação; **(i)** dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio, contendo as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor; **(ii)** das respectivas declarações de desimpedimento, para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e do artigo 2º da Instrução da CMVM nº 367, de 29 de maio de 2002; **(iii)** das respectivas declarações dos valores mobiliários por cada um deles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações; **(iv)** instalação do Comitê de Auditoria, como órgão de assessoramento do Conselho de Administração, observadas as regras sobre o assunto previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3. **Atto** concluído, os membros do Conselho de Administração elegeram aos cargos de membros para mandato até a reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021: **(a)** Sr. **Peter Löhken**, alemão, administrador, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.291.778-65, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº W408075-F, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050; **(b)** Sr. **Tallís Regence Coelho Gomes**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 64.295.336-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.879.696-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 218, cobertura, Pinheiros, CEP 05423-130; e **(c)** Sr. **Francisco Javier Molta Martínez**, espanhol, solteiro, engenheiro, portador do passaporte nº G342671-T, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.460.438-79, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Fernão Dias, nº 323, apartamento 206, Pinheiros, CEP 05427-010. Fica consignado que, para fins do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3, o Comitê de Auditoria da Companhia é composto por membro independente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que o Sr. Peter Löhken possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos (a) serão investidos nos respectivos cargos mediante as assinaturas dos termos de posse; e **(b)** tomarão posse nos seus cargos mediante apresentação; **(i)** dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio, contendo as declarações de desimpedimento, conforme consta do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; **(vii)** a aprovação (a) do regimento interno do Conselho de Administração, nos termos do Anexo I desta ata; e **(b)** regimento interno do Comitê de Auditoria, nos termos do Anexo II desta ata. As cópias dos regimentos internos ora aprovados foram arquivadas na sede social da Companhia; **(viii)** a aprovação das seguintes políticas internas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração, nos termos do Anexo III desta ata, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia; (b) a Política de Indicação, nos termos do Anexo IV desta ata, que estabelece os procedimentos a serem observados na indicação de administradores e membros de comitês, seguindo as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia; (c) a Política de Gerenciamento de Riscos, nos termos do Anexo V desta ata, que estabelece os procedimentos a serem observados no gerenciamento de riscos, seguindo as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia; (d) a Política de Partes Relacionadas, nos termos do Anexo VI, visando a atender as regras do Regulamento do Novo Mercado da B3 e da CMV, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia; (e) a Política de Divulgação, nos termos do Anexo VII, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia, sendo que os destinatários da Política de Divulgação deverão aderir formalmente aos seus termos; e **(f)** a Política de Negociação da Companhia, nos termos do Anexo VIII desta ata, que estabelece os procedimentos a serem observados na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia; e **(ix)** a aprovação do Código de Ética e Conduta da Companhia, aplicável aos empregados, contratados e administradores da Companhia, nos termos do Anexo IX, que estabelece os procedimentos a serem observados na condução dos negócios da Companhia, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia. As políticas da Companhia aprovadas nos termos do item (ii) acima, e o Código de Ética e Conduta da Companhia, aprovados nos termos do item (iii) acima, entram em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, com exceção da Política de Divulgação e da Política de Negociação, as quais entrarão em vigor na data de concessão à Companhia do registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários. **7. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **9. Declarações:** Os presentes declaram que a presente Ata encontra-se arquivada na sede da Companhia. **10. Assinaturas:** Mesa: Sr. Paulo José Iász de Moraes (Presidente); e Sr. Ygor Alessandro de Moura (Secretário). **Membros do Conselho de Administração** presentes: Sr. Paulo José Iász de Moraes, Ygor Alessandro de Moura, Ricardo Moor Whitaker de Assumpção, José Carlos Semenzato, Julio Andrea Babecki, Farah Deeba Khan e Tallís Regence Coelho Gomes. **(Conferir com o original lavrado em livro próprio).** São Paulo, 9 de novembro de 2020. Mesa: **Paulo José Iász de Moraes**, Presidente; **Ygor Alessandro de Moura** - Secretário. JUCESP nº 551.384/20-7 em 29/12/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Prime International Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 31.523.058/0001-43

Edital de Convocação - Assembleia Geral

Por meio do presente ficam convocados os acionistas da Prime International Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.523.058/0001-43 a ser realizada aos dias 20 do mês de janeiro de 2021, às 10 horas, na sede social da Sociedade, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, 280, sala 203, CEP 04552-050, com o seguinte ordem do dia: I - Alteração dos poderes dos membros da diretoria; II - Alteração e consolidação do Estatuto Social da Sociedade; e III - Outros assuntos de interesse da sociedade.

CACTVS Corretora de Seguros S.A.

CNPJ em Constituição

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Constituição

Em 08/09/20, 10h, o CNPJ nº 35.300.498.607, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.523.058/0001-43, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CNPJ nº 08/09/20, em conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, realizou a Assembleia Geral Ordinária de Constituição, com o seguinte teor: **1. Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Fernando Carneiro - Presidente e Sra. Kevlia Carneiro de Linhares Fernandes Passos - Secretária. **Deliberações:** (1) Verificação dos boletins de subscrição sobre o atendimento aos requisitos legais, aprovados por unanimidade. (2) Aprovação do Estatuto Social da Companhia ora constituída. **CACTVS Corretora de Seguros S.A.**, inscrita no CN